



SGD: 2026/27009/106294

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
MODALIDADE/Nº:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
TIPO:	MENOR PREÇO POR ITEM
REGISTRO DE PREÇOS	(X) SIM () NÃO
MODO DE DISPUTA:	(X) ABERTO () ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO
SITE	www.gov.br/compras
ÓRGÃO REQUISITANTE:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DATA/HORÁRIO:	30/04/2026 às 8h30min (Horário de Brasília)
UASG:	926164
PREGOEIRA DESIGNADA:	Alyandra de Abreu Alves Silvestre
TELEFONE:	(63) 3027-3716
E-MAIL:	cpl@seduc.to.gov.br

PREÂMBULO

A **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, através da **SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES**, torna público para conhecimento dos interessados, a realização da licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com o definido no quadro de informações, por intermédio do site estabelecido no quadro de informações. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 6.606/2023, Lei Complementar nº 123 de 2006, e pelas condições estabelecidas no presente Edital, será conduzido pela pregoeira e respectiva Equipe de Apoio, designados pelo Secretário da Educação, através da Portaria-Seduc nº 907, de 21 de maio de 2025.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

O Aviso de intenção de Registro de Preços foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 6.858, página fl. 65, conforme fls. 611 dos autos. Não havendo nenhuma manifestação de interesse por parte de outros órgãos da administração em participar do certame.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de mobiliário para atender estudantes e professores do ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-





se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por itens, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

1.5. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes no Edital e seus anexos, deverão ser consideradas as do Termo de Referência deste Edital.

1.6. Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Tabela de Especificação do Objeto;

Anexo II: Termo de Referência;

Anexo III: Ata de Registro de Preços;

Anexo IV: Minuta de Contrato.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site estabelecido no quadro de informações.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.3.1. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.5. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.4. A participação é exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte nos itens 9, 26, 27 e 36, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para os itens 2, 4, 6, 8, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 29, 31, 33, 35, 38 e 40 foi realizada a reserva de cotas de até 25% para ME/EPP. É facultada a participação de qualquer porte nos itens 1, 3, 5, 7, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 28, 30, 32, 34, 37 e 39, conforme especificação do anexo I do Edital.





3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.6. **NÃO PODERÃO** participar desta licitação:

3.6.1. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.6.2.1. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.9. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei 14.133/2021 e do Art. 320, §3º do Decreto nº 6.606/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.6.10. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.6.11. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.6.12. Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade.

3.7. A obtenção de benefícios referente à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.





3.8. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

4.5.1. A assinalação do campo “não” no sistema eletrônico apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155, inciso VIII na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.





4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;

4.9.3. o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.3.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.3.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário (XXXXXXX) e (XXXXXX) total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as especificações do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.





5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada;

5.12. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, o(a) Pregoeiro(a) realizará o arredondamento “para menos”.

5.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, **exceto quando se referirem a produtos/serviços e instalações de propriedade do licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

5.14. O processo será encaminhado ao órgão requisitante para análise da equipe técnica e manifestação quanto às propostas ofertadas, conforme solicitado no termo de referência e quanto aos preços apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Da abertura da sessão

6.1.1. A partir da data e horário estipulado para início da sessão e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, que será aberta automaticamente pelo sistema, observado o modo de disputa adotado no quadro de informações do edital;

6.1.2. O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

6.1.2.1. Eventual exclusão de proposta do licitante pelo pregoeiro, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa;

6.1.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

6.1.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, o que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.1.4.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.1.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

6.1.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

6.1.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

6.1.8. A verificação da conformidade da proposta será realizada, exclusivamente, na fase de julgamento e em relação à proposta mais bem classificada;

6.1.9. Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação;





6.1.10. A desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

6.1.11. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.1.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.1.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.2. Do modo de disputa

6.2.1. Poderão ser adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - ABERTO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

II - ABERTO E FECHADO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital, ou

III - FECHADO E ABERTO - serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentar a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os que apresentarem propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

6.2.2. Quando da opção por um dos modos de disputa estabelecidos nos incisos I a III do item 6.2.1., o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, o qual está definido no quadro de informação deste edital;

6.2.3. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;

6.2.4. O modo de disputa e o intervalo de lances, quando for o caso, adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico será aquele definido no QUADRO DE INFORMAÇÕES e serão conduzidos de acordo com o rito estipulado abaixo.

6.3. Modo de Disputa Aberto

6.3.1. No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração dessa etapa;

6.3.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

6.3.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.3.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.2.3. deste;

6.3.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

6.3.5. Após o reinício previsto no item 6.3.4., os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

6.3.6. Encerrada a etapa de que trata o item 6.3.5., o sistema ordenará e divulgará os lances conforme estabelecido no item 6.2.3.





6.4. Modo de Disputa Aberto e Fechado

6.4.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

6.4.2. Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

6.4.3. Após a etapa de que trata o item 6.4.2. o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

6.4.4. No procedimento de que trata o item 6.4.3., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

6.4.5. Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.4.4., os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

6.4.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.4.3. e 6.4.4., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

6.4.7. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 6.4.6.;

6.4.8. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

6.5. Modo de Disputa Fechado e Aberto

6.5.1. No modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, de que trata o inciso III do item 6.2., somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado;

6.5.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 6.5.1., poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;

6.5.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações;

6.5.4. Após o reinício previsto no item 6.5.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance;

6.5.5. Encerrada a etapa de que trata o 6.5.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.2.3. do edital;

6.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 118 do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, nesta ordem:

6.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





- 6.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;
- 6.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 118, inciso III, do Decreto Estadual nº 6.606/2023;
- 6.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.7.1. empresas estabelecidas no território do Tocantins;
 - 6.7.2. empresas brasileiras;
 - 6.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra proposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;
- 6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
 - 6.8.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;
 - 6.8.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
 - 6.8.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar que atende às condições de participação do certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido na Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

7.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “7.1.2”, “7.1.3” e “7.1.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).





7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 4.6 deste edital.

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.





7.12. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:

7.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. A Pregoeira poderá encaminhar, nos termos do art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, I do Decreto Estadual nº 6.606/2023, encaminhar por meio do sistema eletrônico contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.17. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar como licitante para que seja obtido preço melhor.

7.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021:

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF nos documentos por ele abrangidos;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.1.4. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.





8.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.8.3.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração confirmando o atendimento aos requisitos de habilitação, sendo o declarante legalmente responsável pela veracidade das informações fornecidas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas”, adequando a numeração dos subitens conforme a sequência do edital.

8.16. Habilitação jurídica:

8.16.1. Registro comercial, no caso de firma individual;

8.16.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhados da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

8.16.3. Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.16.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;





8.16.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.16.6. Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em caso de licitante cooperativa.

8.17. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.17.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) ou Municipal (Prestação de Serviços), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

8.17.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei;

8.17.3. Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.17.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.18. Qualificação Econômico-Financeira

8.18.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.18.1.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.18.1.2. O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e b) da apresentação do balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício;

8.18.1.3. Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

8.18.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral(LG), Solvência Geral(SG) e Liquidez Corrente(LC), superiores a 1(um) resultantes da aplicação das fórmulas, devidamente assinados por profissional habilitado na área contábil que atende o atendimento dos índices:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.18.2.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços;

8.18.2.2. As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de 2%





(dois por cento) do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.18.3. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, dos últimos 2 (dois) exercícios sociais já exigível que comprove a situação financeira da empresa, por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED, ou registrado na Junta Comercial, devidamente com a indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhado do Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, conforme artigos 1.180, 1.184, § 2º, 1.181, 1.179 da Lei nº 10.406/2002 e Instrução Normativa nº 2.003 de 18 de janeiro de 2021 e em acordo as NBC T 2.1.4 (Res. CFC 563/83); NBC T 3.1.1 (Res. CFC 686/90), NBC T 2 e Resolução 563/83;

8.18.4. A apresentação do Balanço Patrimonial consiste nos seguintes elementos:

- **Livro físico**

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício – DRE;
- Comprovação de índices.

Ou

- **Livro digital – SPED Contábil**

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício – DRE;
- Comprovação de índices;
- Termo de Autenticação.

8.18.5. O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.18.2 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

8.19. Qualificação Técnica:

8.19.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante;

8.19.1.1. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.19.1.2. Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

8.19.1.3. Declarações do licitante de que tem pleno conhecimento das condições para cumprimento dos prazos - objeto da contratação - conforme a descrição e em compatibilidade com as especificações técnicas visando o atendimento adequado às etapas regionais dos jogos como um todo, bem como as demandas desta Pasta ao longo do exercício vigente.

8.19.2. A documentação de habilitação poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, emitido pelo Governo Federal, salvo os documentos de HABILITAÇÃO TÉCNICA, que serão solicitados, apenas pelo licitante vencedor e deverão ser encaminhados, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a);

8.19.3. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes;

8.19.4. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, mediante solicitação do(a) pregoeiro(a), a respectiva documentação atualizada.





8.19.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, realizada pelo(a) pregoeiro(a), lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

8.19.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

8.19.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

8.19.8. Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos após a entrega daqueles definidos para habilitação, salvo em sede de diligência para:

8.19.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.19.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.19.9. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado no sistema, e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.19.10. A pessoa física deverá estar cadastrada no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf) para participar deste procedimento licitatório;

8.19.11. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes àqueles previstos neste edital, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal;

8.19.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.19.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entre linhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.1.3. constar o prazo de validade da proposta, especificações do objeto, prazo de entrega dos materiais e prazo de garantia dos bens;

9.1.4. deverá fornecer o manual de instalação, catálogos técnicos e Certificados de Garantia dos fabricantes.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes





últimos.

9.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

9.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.8. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

9.10. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

9.11. Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão da administração pública estadual, suas autarquias e fundações, o licitante deverá apresentar sua proposta, deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Art. 2º Inciso LXXX de Decreto 4.222/10 (Convênio ICMS 23/03 e 88/10).

9.12. A empresa em condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), deverá apresentar declaração do licitante que não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano-calendário de realização desta licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro(a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 130 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, contendo contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e a motivação, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta a critério do(a) Pregoeiro(a), devidamente justificada, nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Quando do provimento de recurso que leve à ANULAÇÃO de atos à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública;

11.1.2. Quando HOVER ERRO NA ACEITAÇÃO DO PREÇO melhor classificado;

11.1.3. Quando o licitante declarado vencedor NÃO ASSINAR O CONTRATO, NÃO ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NÃO HOVER CADASTRO RESERVA E NÃO RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, oportunizando a convocação dos remanescentes;

11.1.4. Quanto o licitante não comprovar a REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

11.2. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.3. Todos os licitantes remanescentes serão convocados, de acordo com a fase do procedimento licitatório a ser reaberta, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e homologação do presente certame são de responsabilidade da autoridade superior, em consonância ao art. 71 da Lei 14.133/2021.

12.2. O ato de adjudicar e homologar o certame enseja não apenas atribuir-lhe eficácia e aprovação, mas também, reconhecer a legalidade dos procedimentos ali realizados, ratificando-os em todo o processo, desde a autorização para licitar.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação, conforme dispositivo no Termo de Referência e no quadro de informações disposto neste edital.

13.2. Quando previsto no termo de referência, a subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cabendo ao contratado apresentar à Administração a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,





colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite/retirada da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 10(dez) dias, a contar da data de seu recebimento;

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

14.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A rescisão administrativa do contrato de fornecimento por ato unilateral da CONTRATANTE obedecerá a disposto no artigo 139 da Lei 14.133/2021.

14.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6.1. Referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

14.6.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.6.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece as consequências previstas no artigo 139 da mesma Lei.

14.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.7.1. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14.8. Decorrido o prazo de validade da proposta, indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1. A vigência inicial do contrato será 12 (doze) MESES com POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO nos termos e prazos dos artigos 105 e 111 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.





15.2. O contrato ainda poderá ser alterado unilateralmente, conforme necessidade da gestão, em razão do acréscimo quantitativo do objeto, nos limites permitidos pela lei, em harmonia com a ordem dos art. 124, inc. I e art. 125 da referida Lei.

16. DA ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. Conforme previsto no art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, o prazo para início da entrega será de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do extrato de contrato no diário oficial do Estado.

16.2. Conforme mencionado anteriormente, os bens objeto deste processo deverão ser entregues pelo contratado montados ou prontos para montagem no local. Com o objetivo de otimizar o espaço do almoxarifado central da SEDUC, os beliches, colchões e capas de colchão – materiais destinados exclusivamente às escolas do campo que oferecem acomodação aos estudantes – deverão ser obrigatoriamente entregues diretamente nas unidades escolares, conforme os quantitativos e prazos estabelecidos na **Tabela** a seguir:

ORD	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ENTREGA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
01	Beliche solteiro industrial reforçado	Unidade escolar	40%	30%	30%
02	Colchão de solteiro para beliche	Unidade escolar	40%	30%	30%
03	Capa impermeável para colchão solteiro	Unidade escolar	40%	30%	30%
04	Demais itens constantes desta aquisição	Almoxarifado SEDUC	40%	30%	30%

16.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **07 dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

16.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço no Almoxarifado Central da SEDUC, localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas-TO, conforme solicitação formal emitida pela Secretaria Estadual da Educação, observado os horários de expediente da Gerência de Patrimônio, a saber, dias úteis de 8h às 14h.

16.5. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

16.6. As entregas dos itens: beliche solteiro industrial reforçado, Colchão de solteiro para beliche e Capa impermeável para colchão solteiro, por se referirem a materiais destinados exclusivamente às escolas do campo que oferecem alojamento aos estudantes, deverão, obrigatoriamente, ser realizadas diretamente nas respectivas unidades escolares.

16.6.1. Os demais mobiliários objeto deste processo licitatório deverão ser entregues, no Almoxarifado Central da SEDUC, localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas - TO.





16.7. Critérios de Aceitação e Execução do Objeto

16.8. A aceitação e a execução do objeto contratual obedecerão aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se, rigorosamente, as especificações técnicas descritas no item 2, bem como os prazos e condições pactuados.

16.9. Os bens entregues serão inicialmente recebidos em caráter provisório, com a finalidade de conferência e verificação de conformidade em relação às especificações técnicas estabelecidas no item 2 do Termo de Referência.

16.10. Concluída a conferência mencionada no item anterior, e constatada a plena conformidade dos bens com as exigências contratuais, proceder-se-á à sua aceitação definitiva.

17. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

a) RECEBIMENTO:

a.1) PROVISÓRIO:

17.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (QUINZE)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

a.2) DEFINITIVO:

17.3. Será realizado **até 30 (TRINTA) dias** úteis após o recebimento provisório, mediante verificação técnica detalhada da qualidade, funcionalidade e conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas exigidas no termo de referência e na proposta vencedora. A aceitação definitiva somente será formalizada após a constatação de que os bens estão em perfeitas condições de uso e atendem aos critérios de qualidade exigidos.

17.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

b) Liquidação:

17.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

17.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.7.1. o prazo de validade;
- 17.7.2. a data da emissão;
- 17.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.7.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 17.7.5. o valor a pagar; e
- 17.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado





providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

17.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

17.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

c) Prazo de Pagamento:

17.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de conclusão do processo de liquidação da despesa.

17.16. Observando-se o prazo estabelecido no item anterior e em conformidade com o disposto no artigo 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 — que veda expressamente o pagamento antecipado —, os valores devidos serão pagos em até 30 (trinta) dias úteis após a efetiva entrega de cada parcela do objeto contratado, a fim de assegurar a legalidade e a regularidade do desembolso.

d) Forma de Pagamento:

17.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências





que devam ser cumpridas de imediato.

18.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

a) Fiscalização Técnica:

18.6. Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no Termo de Referência, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).

18.7. Atributos do fiscal técnico:

18.7.1. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

18.7.2. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

18.7.3. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

18.7.4. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

18.7.5. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

18.7.6. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

18.7.7. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

18.7.8. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

18.7.9. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e

18.7.10. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

b) Fiscalização Administrativa:

18.8. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).

18.9. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

18.9.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao





controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

18.9.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

18.9.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

18.9.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

18.9.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e,

18.9.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

c) Gestor do Contrato:

18.10. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

18.10.1. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).

18.11. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

18.11.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

18.11.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

18.11.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

18.11.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

18.11.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

18.11.6. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

18.11.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio





dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

18.11.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

18.11.9. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n° 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado.

19.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

20.1. A garantia mínima do objeto será de 2 (dois) anos, contados a partir do recebimento definitivo, compreendendo os 90 (noventa) dias de garantia legal para bens duráveis, nos termos do art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), acrescidos do período de garantia contratual complementar.

20.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

20.3. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante juntamente com cada item fornecido. A contratada será integralmente responsável por eventuais vícios ou danos relacionados ao objeto, conforme disposto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

20.4. Nos termos do §4º do Art. 40 da Lei 14.133/2021, os produtos adquiridos também deverão possuir rede de assistência técnica autorizada ou representação no Estado do Tocantins, a fim de permitir a adequada utilização da garantia, ou para assegurar a execução de eventuais manutenções corretivas futuras, prestados mediante deslocamento de técnico ao local onde estiverem instalados os móveis, considerando que a logística de deslocamento do mobiliário é relativamente complexa e dispendiosa, por se tratar de itens de grande volume.

20.5. A garantia será prestada com vistas a manter os mobiliários fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.





20.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

20.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

20.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

20.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

20.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

20.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar mobiliário equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

20.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

20.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

20.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

21. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

21.1. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a conformidade com os padrões de qualidade exigidos, será indispensável à apresentação de amostras pelos licitantes provisoriamente vencedores, previamente à formalização da contratação. As amostras serão submetidas à avaliação técnica, com o objetivo de verificar a adequação do produto ou serviço às especificações estabelecidas no Termo de Referência.

21.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

21.3. As empresas convocadas deverão entregar as amostras solicitadas no Almoxarifado Central da Secretaria da Educação (SEDUC), localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas - TO, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação formal expedida pela Administração. O descumprimento do prazo estabelecido ou a apresentação de amostras que não atendam às especificações constantes no edital implicará a automática desclassificação da empresa.

21.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:





- 21.4.1. ARMÁRIO BAIXO (MDP) - 2 PORTAS;
- 21.4.2. ARMÁRIO ALTO (AÇO) - 2 PORTAS;
- 21.4.3. BELICHE SOLTEIRO INDUSTRIAL REFORÇADO;
- 21.4.4. CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA;
- 21.4.5. CAPA IMPERMEÁVEL PARA COLCHÃO SOLTEIRO;
- 21.4.6. CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE AÇO INOX PARA COZINHA INDUSTRIAL (3 PRATELEIRAS);
- 21.4.7. COLCHÃO DE SOLTEIRO PARA BELICHE;
- 21.4.8. CONJUNTO BIBLIOTECA (MESA REDONDA COM 4 CADEIRAS);
- 21.4.9. CONJUNTO MESA PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES COM BANCOS SEPARADOS
- 21.4.10. CONJUNTO PROJESSOR (MESA E CADEIRA);
- 21.4.11. ESTANTE DE BIBLIOTECA DUPLA FACE - 10 PRATELEIRAS;
- 21.4.12. ESTANTE INDUSTRIAL MULTIUSO COM 5 PRATALEIRAS LISAS COM RODAS;
- 21.4.13. LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES;
- 21.4.14. MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – GRANDE;
- 21.4.15. MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – MÉDIA;
- 21.4.16. MESA PARA CADEIRANTE COM INCLINAÇÃO;
- 21.4.17. MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – GRANDE;
- 21.4.18. MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – PEQUENA;
- 21.4.19. MESA SECRETÁRIA RETA SEM GAVETA (120X060mm);
- 21.4.20. QUADRO BRANCO COM CAVALETE E RODAS (090x120cm) - MOLDURA ALUMÍNIO;
- 21.4.21. QUADRO BRANCO GRANDE (A=120cm x C=300cm) - MOLDURA ALUMÍNIO;
- 21.4.22. QUADRO BRANCO PEQUENO (A=120cm x C=200cm) - MOLDURA ALUMÍNIO.

21.5. A especificação do mobiliário foi cuidadosamente escolhida levando em consideração fatores relevantes como a ergonomia, o conforto, a funcionalidade, a estética, e a segurança dos usuários.

21.6. Os requisitos técnicos mínimos foram obtidos a partir de manuais do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE de manuais e catálogos de empresas que trabalham especificamente com mobiliário escolar.

21.7. Sendo assim, torna-se imprescindível a apresentação de amostras dos itens de mobiliário a serem adquiridos, de modo a assegurar a conformidade com as exigências estabelecidas do Termo de Referência.

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

22.1.2. Quando não mantiver a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.3. Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente do prazo estabelecido pela Administração;





- 22.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou presta declaração falsa durante a licitação;
- 22.1.5. Fraudar a licitação;
- 22.1.6. Dar causa aos incisos I, II e III do art. 155, da Lei nº 14.133/2021;
- 22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 22.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 2013;
- 22.1.10 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 22.2.2 Advertência;
- 22.2.2 Multa;
- 22.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
- 22.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 22.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 22.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 22.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 22.3.4. Danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 22.3.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 22.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial;
- 22.5. Para as infrações previstas nos três primeiros subitens do item 22.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- 22.6. Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;
- 22.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 22.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos três primeiros itens do item 22.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Entidade licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 22.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 22.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em





aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;

22.11. O procedimento para aplicação das sanções pelos seguintes motivos: não assinar a ata de registro de preços; não manter a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada serão de responsabilidade da Entidade promotora da licitação, conforme regulamento próprio;

22.12. O procedimento para aplicação das demais sanções serão de responsabilidade do órgão requisitante do objeto.

22.13. A previsão de sanções administrativas ao contratato, está prevista no item 14 do Termo de referência anexo ao Edital.

23. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O descrito neste item e nos itens 24 a 25, somente SE APLICA, caso conste a opção por REGISTRO DE PREÇOS no quadro de informações disposto neste edital.

23.2. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, no Decreto nº 6.606/2023 demais normas complementares.

23.3. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.

23.4. Salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa, não poderão os licitantes apresentar preços diferentes para os objetos a serem registrados em ata.

23.5. Salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa, não poderão os licitantes fornecer propostas em quantitativos inferiores ao previsto.

23.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições;

23.6.1. É vedada a aquisição por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços.

23.7. Uma vez registrados os preços, a Administração poderá convocar o detentor do da ata de registro de preços a fornecer os bens respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato.

23.8. Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, poderá ser firmado o CONTRATO entre a Administração e o adjudicatário, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas aos contratos.

23.9. Durante a vigência do Registro de Preços, a Administração poderá convocar o detentor a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do Contrato.

23.9.1. Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada parte integrante do CONTRATO.

23.10. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

23.10.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e deverá ter seu extrato assinado e publicado, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.





23.10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

23.11. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto, nos termos previstos no edital.

23.12. Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

24.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração;

24.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

24.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

24.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis;

24.6. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e, também, na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

24.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

24.8. Haverá possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados na ata de registro de preços em caso de prorrogação de vigência.

24.9. Quanto ao procedimento de carona:

24.9.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem;

24.9.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

24.9.3. As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e





registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes;

24.9.4. O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

24.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

24.11. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado e publicado seu extrato, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

25. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. Os preços classificados em primeiro lugar, serão registrados em ata própria e serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

25.2. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços serão fixados em moeda corrente no país.

25.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento, pelo licitante vencedor, nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

26.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

26.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

26.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

26.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata;

26.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

26.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

26.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

26.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

26.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 269 e 270 do Decreto Estadual nº 6.606, de 28 de março de 2023.

26.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

26.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

26.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E QUESTIONAMENTOS

27.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do edital do pregão ou solicitar esclarecimento, por meio eletrônico, na forma prevista no quadro de informação deste edital, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.





27.2. O (a) pregoeiro(a), responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação, do Termo de Referência e dos demais anexos.

27.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

27.4. A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição, a exposição sucinta e clara do assunto, os fundamentos de Lei que alicerçam o pedido, como também, no mínimo, as seguintes informações de contato: telefone e e-mail.

27.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios, exceto quando, em nada, altere a formulação das propostas, observados os prazos legais de publicação.

27.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.portaldecompras.to.gov.br e no sistema no qual ocorrerá o procedimento, dentro do prazo estabelecido no item 27.2, e vincularão os participantes e a Administração, ficando os licitantes cientes da obrigatoriedade de acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

27.7. Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados no e-mail do(a) Pregoeiro(a) disponível no quadro de informações.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. A autoridade superior poderá revogar os procedimentos licitatórios por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anulá-los motivado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

28.1.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

28.1.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

28.1.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

28.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

28.3. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.4. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.

28.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos somente em dias úteis.





28.7. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante, a finalidade e a segurança da contratação.

28.8. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

28.9. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, no Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28.10. Ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar dos autos, desde a realização da sessão pública.

28.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das 08h às 12 h e das 14h às 18h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Palmas – TO, data da assinatura eletrônica.

(Assinatura Digital)

Marcus André Nogueira da Silva Júnior

Diretor de Licitações

ATO Nº 241 - NM

(Assinatura Digital)

Júnia Kelly Álvares Tavares Paixão

Superintendente de Licitações

ATO Nº 3.247- NM



**ANEXO I DO EDITAL****TABELA DE ESPECIFICAÇÕES**

1.1. Aquisição de mobiliário para atender estudantes e professores do ensino Fundamental e Médio da Rede de Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Para a elaboração da Proposta de Preços, e, por conseguinte, oferta dos lances no Compras.gov, os Licitantes deverão observar as especificações técnicas, e valor estimado, o que segue:

ITEM	QTD	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO	VR. UNIT.	VR. TOTAL	COTA	VALOR DE LANCES
01	3.679	UND	ARMÁRIO BAIXO (MDP) - 2 PORTAS Armário Para Escritório Multiuso Baixo Fechado 2 Portas 80cm; Material MDP, acabamento das bordas em ABS. Altura (cm): 74; Largura (cm): 80; Profundidade (cm): 42; Sapatas Reguladoras de Nível; prateleiras internas; 2 vãos interno; Acabamento acetinado; Escala de Brilho: Semi-Brilho; puxador da Porta Externo Plástico; Dobradiça/Corrediça da Porta: Metálica Cor: Preto; Cor Interna: Preto; altura (cm):74; Largura (cm): 80.5; Profundidade (cm): 42; Espessura do Tampo (mm): 30.	R\$ 382,01	R\$ 1.405.414,79	AMPLA	R\$ 0,35
02	209	UND	ARMÁRIO BAIXO (MDP) - 2 PORTAS Armário Para Escritório Multiuso Baixo Fechado 2 Portas 80cm; Material MDP, acabamento das bordas em ABS. Altura (cm): 74; Largura (cm): 80; Profundidade (cm): 42; Sapatas Reguladoras de Nível; prateleiras internas; 2 vãos interno; Acabamento acetinado; Escala de Brilho: Semi-Brilho; puxador da Porta Externo Plástico; Dobradiça/Corrediça da	R\$ 382,01	R\$ 79.840,09	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,35





			Porta: Metálica Cor: Preto; Cor Interna: Preto; altura (cm):74; Largura (cm): 80.5; Profundidade (cm): 42; Espessura do Tampo (mm): 30. <u>COTA RESERVA DO ITEM 1.</u>				
03	905	UND	ARMÁRIO ALTO (AÇO) - 2 PORTAS Armário de aço PA 120 com 02 portas com 04 bandejas, sendo 01 fixa e 03 reguláveis. Chave e puxador inclusos. Altura x Largura x Profundidade (198cm x 120cm x 40cm).	R\$ 1.182,83	R\$ 1.070.461,15	AMPLA	R\$ 0,55
04	67	UND	ARMÁRIO ALTO (AÇO) - 2 PORTAS Armário de aço PA 120 com 02 portas com 04 ban- dejas, sendo 01 fixa e 03 reguláveis. Chave e puxa- dor inclusos. Altura x Lar- gura x Profundidade (198cm x 120cm x 40cm). <u>COTA RESERVA ITEM 03</u>	R\$ 1.182,83	R\$ 79.249,61	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,55
05	236	UND	BELICHE SOLTEIRO INDUSTRIAL REFORÇADO Largura: 94 cm; Altura total (do chão até o topo do beliche): 150 cm; Altura do chão até o estrado inferior: 26 cm; Distância entre o estrado inferior e o estrado superior: 90 cm; Largura interna do estrado superior: 89 cm; Largura interna do estrado inferior: 89 cm; Largura da Grade de Proteção: 72cm; Altura: 150cm; Espessura das Barras: 0,9mm; Espessura dos Pés: 40mm x 40mm x 0,9mm; Espessura do Estrado: 20mm x 20mm x 0,9mm; Peso Máximo Suportado por Cama: 130kg. Estrutura de aço com pintura epóxi;	R\$ 873,96	R\$ 206.254,56	AMPLA	R\$ 0,50





			compatível com colchões padrão solteiro com grades e escada.				
06	91	UND	BELICHE SOLTEIRO INDUSTRIAL REFORÇADO Largura: 94 cm; Altura total (do chão até o topo do beliche): 150 cm; Altura do chão até o estrado inferior: 26 cm; Distância entre o estrado inferior e o estrado superior: 90 cm; Largura interna do estrado superior: 89 cm; Largura interna do estrado inferior: 89 cm; Largura da Grade de Proteção: 72cm; Altura: 150cm; Espessura das Barras: 0,9mm; Espessura dos Pés: 40mm x 40mm x 0,9mm; Espessura do Estrado: 20mm x 20mm x 0,9mm; Peso Máximo Suportado por Cama: 130kg. Estrutura de aço com pintura epóxi; compatível com colchões padrão solteiro com grades e escada. <u>COTA RESERVA DO ITEM 05.</u>	R\$ 873,96	R\$ 79.530,36	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,50
07	19306	UND	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA Assento e encosto com regulagem de inclinação; estruturados em madeira multilaminada, contra-assento/encosto com proteção em capa de polipropileno assento com sistema de regulagem de altura a gás; estrutura em aço, com cinco pés, pintada em epóxi; estofado em espuma de poliuretano injetado em formato anatômico, com espessura mínima de 50 mm e densidade mínima D 45, revestido em vinil; apoia-	R\$ 596,08	R\$ 11.507.920,48	AMPLA	R\$ 0,40





			braços 20x4cm, injetados em poliuretano com regulagem de altura, afastamento e angulação; assento 48 cm largura x 48 cm profundidade, encosto 45 cm largura x 47 cm altura, espaldar médio com regulagem mínima ate 58 cm; altura mínima do assento em relação ao piso de 42 cm, com regulagem; respectivamente; móvel na cor preta. Peso mínimo suportado: 120kg.				
08	134	UND	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA Assento e encosto com regulagem de inclinação; estruturados em madeira multilaminada, contra-assento/encosto com proteção em capa de polipropileno assento com sistema de regulagem de altura a gás; estrutura em aço, com cinco pés, pintada em epóxi; estofado em espuma de poliuretano injetado em formato anatômico, com espessura mínima de 50 mm e densidade mínima D 45, revestido em vinil; apoia-braços 20x4cm, injetados em poliuretano com regulagem de altura, afastamento e angulação; assento 48 cm largura x 48 cm profundidade, encosto 45 cm largura x 47 cm altura, espaldar médio com regulagem mínima ate 58 cm; altura mínima do assento em relação ao piso de 42 cm, com regulagem; respectivamente; móvel na cor preta. Peso mínimo suportado: 120kg. <u>COTA RESERVA DO ITEM 07.</u>	R\$ 596,08	R\$ 79.874,72	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,40





09	654	UND	CAPA IMPERMEÁVEL PARA COLCHÃO SOLTEIRO Confeccionada em napa de alta qualidade; forro interno de malha em poliéster higiênico e antialérgico. Fechamento em zíper que acompanha a largura do colchão, composição 100% PVC - Cor Azul - Com zíper de abertura em U. Proteção contra água, óleo e manchas. Permite lavagem e secagem. Deve permitir a utilização de colchão; com dimensões: 1,88 x 0,88 x 0,18cm	R\$ 94,41	R\$ 61.744,14	EXCLUSIVO ME/EPP	R\$ 0,20
10	45	UND	CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE AÇO INOX PARA COZINHA INDUSTRIAL (3 PRATELEIRAS) Carro transporte soldado, acabamento escovado, com bandejas em chapa. Aço inox; modelo 03 Prateleiras (Bandejas); alças tubulares para movimentação nos dois lados; Distância entre as bandejas de 50 cm. Rodízios Industriais 04 unidades 3" (pol.) 360° e freio; 60kg por prateleira; Dimensões: Altura: 85cm; Comprimento: 90cm; Largura: 50cm.	R\$ 1.903,73	R\$ 85.667,85	AMPLA	R\$ 0,55
11	24	UND	CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE AÇO INOX PARA COZINHA INDUSTRIAL (3 PRATELEIRAS) Carro transporte soldado, acabamento escovado, com bandejas em chapa. Aço inox; modelo 03 Prateleiras (Bandejas); alças tubulares para movimentação nos dois lados; Distância entre as bandejas de 50 cm. Rodízios Industriais 04	R\$ 1.903,73	R\$ 45.689,52	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,55





			unidades 3" (pol.) 360° e freio; 60kg por prateleira; Dimensões: Altura: 85cm; Comprimento: 90cm; Largura: 50cm. COTA RESERVA DO ITEM 10.				
12	519	UND	COLCHÃO DE SOLTEIRO PARA BELICHE Colchão solteiro, em espuma, densidade D-45, deve suportar no mínimo 120 kg. antiácara, antialérgico, antimoho, dimensões: 1,88 x 0,88 x 0,18 cm. De acordo com as normas pertinentes ao produto, garantia mínima de 02 anos.	R\$ 592,46	R\$ 307.486,74	AMPLA	R\$ 0,45
13	135	UND	COLCHÃO DE SOLTEIRO PARA BELICHE Colchão solteiro, em espuma, densidade D-45, deve suportar no mínimo 120 kg. antiácara, antialérgico, antimoho, dimensões: 1,88 x 0,88 x 0,18 cm. De acordo com as normas pertinentes ao produto, garantia mínima de 02 anos. COTA RESERVA DO ITEM 12.	R\$ 592,46	R\$ 79.982,10	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,45
14	4.339	CONJ	CONJUNTO BIBLIOTECA (MESA REDONDA COM 4 CADEIRAS) 01 Mesa com 04 cadeiras; tampo branco em MDF (aprox. 18mm espessura) com bordas de em PVC, revestido com laminado de alta pressão (melamínico); formato redondo (diâmetro de 1,20 m); estrutura (1): Tubo redondo de aço carbono; cadeira com assento e encosto anatômicos em compensado aprox. 9mm com	R\$ 2.281,27	R\$ 9.898.430,53	AMPLA	R\$ 0,60





			revestimento de alta densidade e acabamento em poliéster; encosto com revestimento traseiro em capa de polipropileno na cor preta; estrutura tubo redondo de aço carbono; pés com eixo central sobre 4 sapatas.				
15	35	CONJ	CONJUNTO BIBLIOTECA (MESA REDONDA COM 4 CADEIRAS) 01 Mesa com 04 cadeiras; tampo branco em MDF (aprox. 18mm espessura) com bordas de em PVC, revestido com laminado de alta pressão (melamínico); formato redondo (diâmetro de 1,20 m); estrutura (1): Tubo redondo de aço carbono; cadeira com assento e encosto anatômicos em compensado aprox. 9mm com revestimento de alta densidade e acabamento em poliéster; encosto com revestimento traseiro em capa de polipropileno na cor preta; estrutura tubo redondo de aço carbono; pés com eixo central sobre 4 sapatas. <u>COTA EXCLUSIVA DO ITEM 14.</u>	R\$ 2.281,27	R\$ 79.844,45	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,60
16	5.588	CONJ	CONJUNTO MESA PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES COM BANCOS SEPARADOS Conjunto Refeitório 8 lugares com dois bancos separados; Estruturada em Aço 50cm x 30cm com parede de 1,2mm e com pintura eletrostática EPÓXI pó. Dimensões: mesa 2,40X0,80x0,74; Assentos: 2,40m X 0,30cm; Material: em MDP 15 mm de	R\$ 2.651,02	R\$ 14.813.899,76	AMPLA	R\$ 0,60





			espessura. Bancos: 2 bancos inteiros em MDP; Categoria: Sem encosto; Cor: branca com detalhes azul royal.				
17	30	CONJ	CONJUNTO MESA PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES COM BANCOS SEPARADOS Conjunto Refeitório 8 lugares com dois bancos separados; Estruturada em Aço 50cm x 30cm com parede de 1,2mm e com pintura eletrostática EPÓXI pó. Dimensões: mesa 2,40X0,80x0,74; Assentos: 2,40m X 0,30cm; Material: em MDP 15 mm de espessura. Bancos: 2 bancos inteiros em MDP; Categoria: Sem encosto; Cor: branca com detalhes azul royal. <u>COTA RESERVA DO ITE 16.</u>	R\$ 2.651,02	R\$ 79.530,60	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,60
18	836	CONJ	CONJUNTO PROFESSOR (MESA E CADEIRA) Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço.	R\$ 975,38	R\$ 815.417,68	AMPLA	R\$ 0,50
19	82	CONJ	CONJUNTO PROFESSOR (MESA E CADEIRA) Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico	R\$ 975,38	R\$ 79.981,16	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,50





			de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço. <u>COTA RESERVA DO ITEM 18.</u>				
20	930	UND	ESTANTE DE BIBLIOTECA DUPLA FACE - 10 PRATELEIRAS Estantes em aço, modular para biblioteca e armazenamento de livros. Estrutura confeccionada totalmente em chapa de aço, constituída por 02 colunas tipo U enrijecido, travessa superior, 10 prateleiras com reforço em ômega e base útil. Com suportes de encaixe e regulagem de altura do vão entre prateleiras de 50 em 50 mm. Montadas com 08 parafusos e 08 porcas; Altura: 2000 mm Profundidade: 460 mm (2x230mm) Largura: 1040 mm Prateleiras: 10 prateleiras com abas em chapa 24 - 0,60mm Colunas: Tipo U enrijecido-chapa 16 Passo de regulagem de 50mm Capacidade: 50 Kg; Pintura: Eletrostática Epóxi à Pó Estrutura desmontável; Cor: Cinza; Parafusos: Sextavado com porca UNC 1/4" X 1/2" (8 parafusos e 8 porcas, chave 11). Tratado pelo processo anticorrosivo.	R\$ 1.893,38	R\$ 1.760.843,40	AMPLA	R\$ 0,55





21	42	UND	<p>ESTANTE DE BIBLIOTECA DUPLA FACE - 10 PRATELEIRAS</p> <p>Estantes em aço, modular para biblioteca e armazenamento de livros. Estrutura confeccionada totalmente em chapa de aço, constituída por 02 colunas tipo U enrijecido, travessa superior, 10 prateleiras com reforço em ômega e base útil. Com suportes de encaixe e regulagem de altura do vão entre prateleiras de 50 em 50 mm. Montadas com 08 parafusos e 08 porcas; Altura: 2000 mm Profundidade: 460 mm (2x230mm) Largura: 1040 mm Prateleiras: 10 prateleiras com abas em chapa 24 - 0,60mm Colunas: Tipo U enrijecido-chapa 16 Passo de regulagem de 50mm Capacidade: 50 Kg; Pintura: Eletrostática Epóxi à Pó Estrutura desmontável; Cor: Cinza; Parafusos: Sextavado com porca UNC 1/4" X 1/2" (8 parafusos e 8 porcas, chave 11). Tratado pelo processo anticorrosivo.</p> <p><u>COTA RESERVA DO ITEM 20.</u></p>	R\$ 1.893,38	R\$ 79.521,96	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,55
22	928	UND	<p>ESTANTE INDUSTRIAL MULTIUSO COM 5 PRATELEIRAS LISAS COM RODAS</p> <p>Suporte com diâmetro de 28 mm e uma espessura de 1 milímetro; cada prateleira deve suportar 30 kg e a capacidade total de suporte de carga chega a 150 kg. A superfície de aço com um revestimento que evita a ferrugem. Prateleiras de</p>	R\$ 1.807,15	R\$ 1.677.035,20	AMPLA	R\$ 0,55





			Metal Ajustáveis de modo determinar a altura de cada nível. Dimensões da estante montada: 35 cm x 91 cm x 185 cm; Rodas Universais e Pés Ajustáveis.				
23	44	UND	ESTANTE INDUSTRIAL MULTIUSO COM 5 PRATALEIRAS LISAS COM RODAS Suporte com diâmetro de 28 mm e uma espessura de 1 milímetro; cada prateleira deve suportar 30 kg e a capacidade total de suporte de carga chega a 150 kg. A superfície de aço com um revestimento que evita a ferrugem. Prateleiras de Metal Ajustáveis de modo determinar a altura de cada nível. Dimensões da estante montada: 35 cm x 91 cm x 185 cm; Rodas Universais e Pés Ajustáveis. <u>COTA RESERVA DO ITEM 22.</u>	R\$ 1.807,15	R\$ 79.514,60	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,55
24	869	UND	LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES Base em aço carbono tubular de seção quadrada; Revestimento em tecido Sintético de alta qualidade na cor Preto. Assentos com barra de sustentação através de abraçadeiras em formato de “U” e tubo transversal com extremidades seladas por tampões injetados em polipropileno. Sapatas em termoplástico injetado em alta pressão para evitar contato direto com piso. Peso máximo suportado 120 kg por assento. Dimensões da Cadeira (L x A x P) 250 x 88 x 68 cm; Medidas Internas: Altura do chão ao assento: 45 cm	R\$ 774,70	R\$ 673.214,30	AMPLA	R\$ 0,45





25	103	UND	LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES Base em aço carbono tubular de seção quadrada; Revestimento em tecido Sintético de alta qualidade na cor Preto. Assentos com barra de sustentação através de abraçadeiras em formato de “U” e tubo transversal com extremidades seladas por tampões injetados em polipropileno. Sapatas em termoplástico injetado em alta pressão para evitar contato direto com piso. Peso máximo suportado 120 kg por assento. Dimensões da Cadeira (L x A x P) 250 x 88 x 68 cm; Medidas Internas: Altura do chão ao assento: 45 cm. COTA RESERVA DO ITEM 24.	R\$ 774,70	R\$ 79.794,10	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,45
26	51	UND	MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – GRANDE Mesa Bancada Aço inox reforçada com 4 rodinhas e travas. Dimensão: 190 x 70 x 90cm (C x L x A); Tampo Superior Liso em aço inox escovado com chapa 0,80 mm. Estrutura em Aço Inox; Mesa com Reforço na Parte Inferior; Soldada, não desmontável.	R\$ 1.394,53	R\$ 71.121,03	EXCLUSIVO ME/EPP	R\$ 0,55
27	43	UND	MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – MÉDIA Mesa Bancada Aço inox reforçada com 4 rodinhas e travas. Dimensão: 140 x 70 x 90cm (CxL x A) Tampo Superior Liso em aço inox escovado com chapa 0,80 mm. Estrutura em Aço Inox; Mesa com Reforço na Parte Inferior; Soldada, não desmontável.	R\$ 1.462,75	R\$ 62.898,25	EXCLUSIVO ME/EPP	R\$ 0,45





28	115	UND	MESA PARA CADEIRANTE COM INCLINAÇÃO Material: MDP de 18 mm; Cor: Cinza; - Cantos Arredondados: Sim;- Bordas: em PP de 2mm de espessura, anti amarelamento, colada pelo sistema Holt Melting (a quente) na mesma cor do tampo; - Concavidade: Sim;Estrutura Tubo de Aço redondo, 7/8 (22,22 mm) e 1" (25,4 mm); com gradil; Tratamento Anti Ferrugem e Corrosão- Pintura: Epóxi-pó;Cor: Prata;- Ponteiros: Externa em Polipropileno Injetado;- Regulagem de Altura: Mínimo 600mm Máximo 800mm;- Inclinação: 0 a 20°;- Dimensões:- Comprimento:900mm;- Profundidade: 600mm;	R\$ 746,94	R\$ 85.898,10	AMPLA	R\$ 0,45
29	39	UND	MESA PARA CADEIRANTE COM INCLINAÇÃO Material: MDP de 18 mm; Cor: Cinza; - Cantos Arredondados: Sim;- Bordas: em PP de 2mm de espessura, anti amarelamento, colada pelo sistema Holt Melting (a quente) na mesma cor do tampo; - Concavidade: Sim;Estrutura Tubo de Aço redondo, 7/8 (22,22 mm) e 1" (25,4 mm); com gradil; Tratamento Anti Ferrugem e Corrosão- Pintura: Epóxi-pó;Cor: Prata;- Ponteiros: Externa em Polipropileno Injetado;- Regulagem de Altura: Mínimo 600mm Máximo 800mm;- Inclinação: 0 a 20°;- Dimensões:- Comprimento:900mm;-	R\$ 746,94	R\$ 29.130,66	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,45





			Profundidade: 600mm; <u>COTA RESERVA DO</u> <u>ITEM 28.</u>				
30	43	UND	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – GRANDE Painel de madeira termo estabilizada MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas. Estrutura: Tampo e pés com espessura de 18 mm. Pés e sapatas deslizantes niveladoras em PVC para regulagem de altura. Sistema de fixação das estruturas por meio de cavilhas, cantoneiras, parafusos e/ou tambores minifix metálicos, garantindo precisão e maior resistência nas montagens e desmontagens. Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida. Medidas: 73 x 350 x 110 cm (altura x largura x profundidade).	R\$ 2.980,29	R\$ 128.152,47	AMPLA	R\$ 0,60
31	26	UND	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – GRANDE Painel de madeira termo estabilizada MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas. Estrutura: Tampo e pés com espessura de 18 mm. Pés e sapatas deslizantes niveladoras em PVC para regulagem de altura. Sistema de fixação das estruturas por meio de cavilhas, cantoneiras, parafusos e/ou tambores minifix metálicos,	R\$ 2.980,29	R\$ 77.487,54	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,60





			garantindo precisão e maior resistência nas montagens e desmontagens. Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida. Medidas: 73 x 350 x 110 cm (altura x largura x profundidade). <u>COTA RESERVA DO ITEM 30.</u>				
32	283	UND	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – PEQUENA Painel de madeira MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas. Estrutura: Tampo e pés com espessura de 18 mm. Pés e sapatas deslizantes niveladoras em PVC para regulagem de altura. Sistema de fixação das estruturas por meio de cavilhas, cantoneiras, parafusos e/ou tambores minifix metálicos, garantindo precisão e maior resistência nas montagens e desmontagens. Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida. Medidas: 73 x 220 x 100 cm (altura x largura x profundidade).	R\$ 2.161,22	R\$ 611.625,26	AMPLA	R\$ 0,60
33	37	UND	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – PEQUENA Painel de madeira MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas. Estrutura: Tampo e pés com espessura de 18 mm. Pés e sapatas deslizantes niveladoras em PVC para regulagem de altura. Sistema de fixação	R\$ 2.161,22	R\$ 79.965,14	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,60





			das estruturas por meio de cavilhas, cantoneiras, parafusos e/ou tambores minifix metálicos, garantindo precisão e maior resistência nas montagens e desmontagens. Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida. Medidas: 73 x 220 x 100 cm (altura x largura x profundidade). <u>COTA RESERVA DO ITEM 32.</u>				
34	3.660	UND	MESA SECRETÁRIA RETA SEM GAVETA (120X060mm) Fabricado em MDP 15mm, tampos com cantos arredondados e acabamento com Perfil Ergosoft 180° em toda a extensão da mesa. Dimensões: Largura: 120 mm x profundidade: 600 mm x altura mínima: 730mm.	R\$ 349,93	R\$ 1.280.743,80	AMPLA	R\$ 0,35
35	228	UND	MESA SECRETÁRIA RETA SEM GAVETA (120X060mm) Fabricado em MDP 15mm, tampos com cantos arredondados e acabamento com Perfil Ergosoft 180° em toda a extensão da mesa. Dimensões: Largura: 120 mm x profundidade: 600 mm x altura mínima: 730mm. <u>COTA RESERVA DO ITEM 34.</u>	R\$ 349,93	R\$ 79.784,04	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,35
36	51	UND	QUADRO BRANCO COM CAVALETE E RODAS (090x120cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Quadro branco lousa fórmica profissional funda em MDF e moldura de alumínio com suporte para apagador e cavalete para suporte em alumínio com rodas. Medida: 0,90 cm de altura x 120 cm de largura x 0,2 cm de espessura.	R\$ 900,24	R\$ 45.912,24	EXCLUSIVO ME/EPP	R\$ 0,50





			Medida do Cavalete: 180 cm de altura x largura dos pés 0,60 de largura x tubo quadrado de alumínio de 1 polegada.				
37	2.159	UND	QUADRO BRANCO GRANDE (A=120cm x C=300cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Lousa para uso de marcador de quadro branco; Pintura UV de alta durabilidade; MOLDURA em alumínio com acabamento linheiro na face e com 1,8 cm de espessura e 4 cm de frente. TAMPO em chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante. CANTONEIRA em polietileno.	R\$ 979,86	R\$ 2.115.517,74	AMPLA	R\$ 0,50
38	81	UND	QUADRO BRANCO GRANDE (A=120cm x C=300cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Lousa para uso de marcador de quadro branco; Pintura UV de alta durabilidade; MOLDURA em alumínio com acabamento linheiro na face e com 1,8 cm de espessura e 4 cm de frente. TAMPO em chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante. CANTONEIRA em polietileno. <u>COTA RESERVA DO ITEM 37.</u>	R\$ 979,86	R\$ 79.368,66	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,50
39	300	UND	QUADRO BRANCO PEQUENO (A=120cm x C=200cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Lousa para uso de marcador de quadro branco; Pintura UV de alta durabilidade; MOLDURA em alumínio com acabamento linheiro na face e com 1,8 cm de espessura e 4 cm de frente.	R\$ 705,82	R\$ 211.746,00	AMPLA	R\$ 0,45





			TAMPO em chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante. CANTONEIRA em polietileno.				
40	112	UND	QUADRO BRANCO PEQUENO (A=120cm x C=200cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Lousa para uso de marcador de quadro branco; Pintura UV de alta durabilidade; MOLDURA em alumínio com acabamento linheiro na face e com 1,8 cm de espessura e 4 cm de frente. TAMPO em chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante. CANTONEIRA em polietileno. <u>COTA RESERVA DO ITEM 39.</u>	R\$ 705,82	R\$ 79.051,84	Cota Reserva ME/EPP	R\$ 0,45
TOTAL			R\$ 50.244.546,62				



**ANEXO II DO EDITAL****TERMO DE REFERÊNCIA**

Art. 6º XXII Lei Federal 14.133/21 – Art. 70 Decreto Estadual 6.606/23.

Nº TR: 26/2026/GEPTN Nº SGD: 2026/27009/041315

Processo Administrativo nº: 2025/27000/017902

Setor Requisitante: Gerência de Mobiliário Escolar

1. OBJETO

1.1. Aquisição de mobiliário para atender estudantes e professores do ensino Fundamental e Médio da Rede de Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E ESTIMATIVA DE VALOR

Item	Qtd.	Unid.	Especificações Técnicas do Objeto	Vr. Unit.	Vr. Total
01	3.888	UND	ARMÁRIO BAIXO (MDP) - 2 PORTAS Armário Para Escritório Multiuso Baixo Fechado 2 Portas 80cm; Material MDP, acabamento das bordas em ABS. Altura (cm): 74; Largura (cm): 80; Profundidade (cm): 42; Sapatas Reguladoras de Nível; prateleiras internas; 2 vãos interno; Acabamento acetinado; Escala de Brilho: Semi-Brilho; puxador da Porta Externo Plástico; Dobradiça/Corrediça da Porta: Metálica Cor: Preto; Cor Interna: Preto; altura (cm):74; Largura (cm): 80.5; Profundidade (cm): 42; Espessura do Tampo (mm): 30.	R\$ 382,01	R\$1.485.254,88
02	972	UND	ARMÁRIO ALTO (AÇO) - 2 PORTAS Armário de aço PA 120 com 02 portas com 04 bandejas, sendo 01 fixa e 03 reguláveis. Chave e puxador inclusos. Altura x Largura x Profundidade (198cm x 120cm x 40cm).	R\$ 1.182,83	R\$ 1.149.710,76
03	327	UND	BELICHE SOLTEIRO INDUSTRIAL REFORÇADO Largura: 94 cm; Altura total (do chão até o topo do beliche): 150 cm; Altura do chão até o estrado inferior: 26 cm; Distância entre o estrado inferior e o estrado superior: 90 cm; Largura interna do estrado superior: 89 cm; Largura interna do estrado inferior: 89 cm; Largura da Grade de Proteção: 72cm; Altura: 150cm; Espessura das Barras: 0,9mm; Espessura dos Pés: 40mm x 40mm x 0,9mm; Espessura do Estrado: 20mm x 20mm x 0,9mm; Peso Máximo Suportado por Cama: 130kg. Estrutura de aço com pintura epóxi; compatível com colchões padrão solteiro com grades e escada.	R\$ 873,96	R\$ 285.784,92
04	19.440	UND	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA Assento e encosto com regulagem de inclinação; estruturados em madeira multilaminada, contra-	R\$ 596,08	R\$11.587.795,20





			assento/encosto com proteção em capa de polipropileno assento com sistema de regulagem de altura a gás; estrutura em aço, com cinco pés, pintada em epóxi; estofado em espuma de poliuretano injetado em formato anatômico, com espessura mínima de 50 mm e densidade mínima D 45, revestido em vinil; apoia-braços 20x4cm, injetados em poliuretano com regulagem de altura, afastamento e angulação; assento 48 cm largura x 48 cm profundidade, encosto 45 cm largura x 47 cm altura, espaldar médio com regulagem mínima ate 58 cm; altura mínima do assento em relação ao piso de 42 cm, com regulagem; respectivamente; móvel na cor preta. Peso mínimo suportado: 120kg.		
05	654	UND	CAPA IMPERMEÁVEL PARA COLCHÃO SOLTEIRO Confeccionada em napa de alta qualidade; forro interno de malha em poliéster higiênico e antialérgico. Fechamento em zíper que acompanha a largura do colchão, composição 100% PVC - Cor Azul - Com zíper de abertura em U. Proteção contra água, óleo e manchas. Permite lavagem e secagem. Deve permitir a utilização de colchão; com dimensões: 1,88 x 0,88 x 0,18cm	R\$ 94,41	R\$ 61.744,14
06	69	UND	CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE AÇO INOX PARA COZINHA INDUSTRIAL (3 PRATELEIRAS) Carro transporte soldado, acabamento escovado, com bandejas em chapa. Aço inox; modelo 03 Prateleiras (Bandejas); alças tubulares para movimentação nos dois lados; Distancia entre as bandejas de 50 cm. Rodízios Industriais 04 unidades 3" (pol.) 360° e freio; 60kg por prateleira; Dimensões: Altura: 85cm; Comprimento: 90cm; Largura: 50cm.	R\$ 1.903,73	R\$ 131.357,37
07	654	UND	COLCHÃO DE SOLTEIRO PARA BELICHE Colchão solteiro, em espuma, densidade D-45, deve suportar no mínimo 120 kg. antiácara, antialérgico, antimoho, dimensões: 1,88 x 0,88 x 0,18 cm. De acordo com as normas pertinentes ao produto, garantia mínima de 02 anos	R\$ 592,46	R\$ 387.468,84
08	4.374	CNJ	CONJUNTO BIBLIOTECA (MESA REDONDA COM 4 CADEIRAS) 01 Mesa com 04 cadeiras; tampo branco em MDF (aprox. 18mm espessura) com bordas de em PVC, revestido com laminado de alta pressão (melamínico); formato redondo (diâmetro de 1,20 m); estrutura (1): Tubo redondo de aço carbono; cadeira com assento e encosto anatômicos em compensado aprox. 9mm com revestimento de alta densidade e acabamento em poliéster; encosto com revestimento traseiro em capa de polipropileno na cor preta; estrutura tubo redondo de aço carbono; pés com eixo central sobre 4 sapatas.	R\$ 2.281,27	R\$ 9.978.274,98





09	5.618	CONJ	CONJUNTO MESA PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES COM BANCOS SEPARADOS Conjunto Refeitório 8 lugares com dois bancos separados; Estruturada em Aço 50cm x 30cm com parede de 1,2mm e com pintura eletrostática EPÓXI pó. Dimensões: mesa 2,40X0,80x0,74; Assentos: 2,40m X 0,30cm; Material: em MDP 15 mm de espessura. Bancos: 2 bancos inteiros em MDP; Categoria: Sem encosto; Cor: branca com detalhes azul royal.	R\$ 2.651,02	R\$14.893.430,36
10	918	CNJ	CONJUNTO PROJESSOR (MESA E CADEIRA) Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, montado sobre estrutura tubular de aço. Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço.	R\$ 975,38	R\$ 895.398,84
11	972	UND	ESTANTE DE BIBLIOTECA DUPLA FACE - 10 PRATELEIRAS Estantes em aço, modular para biblioteca e armazenamento de livros. Estrutura confeccionada totalmente em chapa de aço, constituída por 02 colunas tipo U enrijecido, travessa superior, 10 prateleiras com reforço em ômega e base útil. Com suportes de encaixe e regulagem de altura do vão entre prateleiras de 50 em 50 mm. Montadas com 08 parafusos e 08 porcas; Altura: 2000 mm Profundidade: 460 mm (2x230mm) Largura: 1040 mm Prateleiras: 10 prateleiras com abas em chapa 24 - 0,60mm Colunas: Tipo U enrijecido- chapa 16 Passo de regulagem de 50mm Capacidade: 50 Kg; Pintura: Eletrostática Epóxi à Pó Estrutura desmontável; Cor: Cinza; Parafusos: Sextavado com porca UNC 1/4" X 1/2" (8 parafusos e 8 porcas, chave 11). Tratado pelo processo anticorrosivo.	R\$ 1.893,38	R\$ 1.840.365,36
12	972	UND	ESTANTE INDUSTRIAL MULTIUSO COM 5 PRATALEIRAS LISAS COM RODAS Suporte com diâmetro de 28 mm e uma espessura de 1 milímetro; cada prateleira deve suportar 30 kg e a capacidade total de suporte de carga chega a 150 kg. A superfície de aço com um revestimento que evita a ferrugem. Prateleiras de Metal Ajustáveis de modo determinar a altura de cada nível. Dimensões da estante montada: 35 cm x 91 cm x 185 cm; Rodas Universais e Pés Ajustáveis.	R\$ 1.807,15	R\$ 1.756.549,80
13	972	UND	LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES Base em aço carbono tubular de seção quadrada; Revestimento em tecido Sintético de alta qualidade na cor Preto. Assentos com barra de sustentação através de abraçadeiras em formato de “U” e tubo transversal com extremidades seladas por tampões injetados em polipropileno.	R\$ 774,70	R\$ 753.008,40





			Sapatas em termoplástico injetado em alta pressão para evitar contato direto com piso. Peso máximo suportado 120 kg por assento. Dimensões da Cadeira (L x A x P) 250 x 88 x 68 cm; Medidas Internas: Altura do chão ao assento: 45 cm		
14	51	UND	MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – GRANDE Mesa Bancada Aço inox reforçada com 4 rodinhas e travas. Dimensão: 190 x 70 x 90cm (C x L x A); Tampo Superior Liso em aço inox escovado com chapa 0,80 mm. Estrutura em Aço Inox; Mesa com Reforço na Parte Inferior; Soldada, não desmontável.	R\$ 1.394,53	R\$ 71.121,03
15	43	UND	MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – MÉDIA Mesa Bancada Aço inox reforçada com 4 rodinhas e travas. Dimensão: 140 x 70 x 90cm (CxL x A) Tampo Superior Liso em aço inox escovado com chapa 0,80 mm. Estrutura em Aço Inox; Mesa com Reforço na Parte Inferior; Soldada, não desmontável.	R\$ 1.462,75	R\$ 62.898,25
16	154	UND	MESA PARA CADEIRANTE COM INCLINAÇÃO Material: MDP de 18 mm; Cor: Cinza; - Cantos Arredondados: Sim;- Bordas: em PP de 2mm de espessura, anti amarelamento, colada pelo sistema Holt Melting (a quente) na mesma cor do tampo; - Concavidade: Sim; Estrutura Tubo de Aço redondo, 7/8 (22,22 mm) e 1" (25,4 mm); com gradil; Tratamento Anti Ferrugem e Corrosão- Pintura: Epóxi-pó; Cor: Prata;- Ponteiros: Externa em Polipropileno Injetado;- Regulagem de Altura: Mínimo 600mm Máximo 800mm;- Inclinação: 0 a 20°;- Dimensões:- Comprimento: 900mm;- Profundidade: 600mm;	R\$ 746,94	R\$ 115.028,76
17	69	UND	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – GRANDE Painel de madeira termo estabilizada MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas. Estrutura: Tampo e pés com espessura de 18 mm. Pés e sapatas deslizantes niveladoras em PVC para regulagem de altura. Sistema de fixação das estruturas por meio de cavilhas, cantoneiras, parafusos e/ou tambores minifix metálicos, garantindo precisão e maior resistência nas montagens e desmontagens. Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida. Medidas: 73 x 350 x 110 cm (altura x largura x profundidade).	R\$ 2.980,29	R\$ 205.640,01
18	320	UND	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – PEQUENA Painel de madeira MDP e/ou MDF, revestido nas duas faces com laminado melamínico de baixa pressão, resistente à abrasão, impactos, riscos e manchas. Estrutura: Tampo e pés com espessura	R\$ 2.161,22	R\$ 691.590,40





			de 18 mm. Pés e sapatas deslizantes niveladoras em PVC para regulagem de altura. Sistema de fixação das estruturas por meio de cavilhas, cantoneiras, parafusos e/ou tambores minifix metálicos, garantindo precisão e maior resistência nas montagens e desmontagens. Bordas com acabamento em fita PVC e/ou ABS refilada e polida. Medidas: 73 x 220 x 100 cm (altura x largura x profundidade).		
19	3.888	UND	MESA SECRETÁRIA RETA SEM GAVETA (120X060mm) Fabricado em MDP 15mm, tampos com cantos arredondados e acabamento com Perfil Ergosoft 180° em toda a extensão da mesa. Dimensões: Largura: 120 mm x profundidade: 600 mm x altura mínima: 730mm	R\$ 349,93	R\$ 1.360.527,84
20	51	UND	QUADRO BRANCO COM CAVALETE E RODAS (090x120cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Quadro branco lousa fórmica profissional funda em MDF e moldura de alumínio com suporte para apagador e cavalete para suporte em alumínio com rodas. Medida: 0,90 cm de altura x 120 cm de largura x 0,2 cm de espessura. Medida do Cavalete: 180 cm de altura x largura dos pés 0,60 de largura x tubo quadrado de alumínio de 1polegada.	R\$ 900,24	R\$ 45.912,24
21	2.240	UND	QUADRO BRANCO GRANDE (A=120cm x C=300cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Lousa para uso de marcador de quadro branco; Pintura UV de alta durabilidade; MOLDURA em alumínio com acabamento linheiro na face e com 1,8 cm de espessura e 4 cm de frente. TAMPO em chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante. CANTONEIRA em polietileno.	R\$ 979,86	R\$ 2.194.886,40
22	412	UND	QUADRO BRANCO PEQUENO (A=120cm x C=200cm) - MOLDURA ALUMÍNIO Lousa para uso de marcador de quadro branco; Pintura UV de alta durabilidade; MOLDURA em alumínio com acabamento linheiro na face e com 1,8 cm de espessura e 4 cm de frente. TAMPO em chapa de fibra de madeira 3 mm com acabamento em pintura UV branco brilhante. CANTONEIRA em polietileno.	R\$ 705,82	R\$ 290.797,84
TOTAL				R\$ 50.244.546,62	

2.1. O valor estimado para a referida despesa totalizará a quantia de R\$ 50.244.546,62 (CINQUENTA MILHÕES DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

2.2. Devido à singularidade do objeto, tratando-se de determinados mobiliários específicos, o setor demandante optou por realizar a memória de cálculo de forma individualizada para cada item. Essa abordagem foi adotada com o intuito de assegurar maior precisão na especificação técnica e orçamentária, considerando as particularidades dimensionais, funcionais e estéticas de cada móvel.





ITEM	DESCRIÇÃO	MEMÓRIA DE CÁLCULO
1	ARMÁRIO BAIXO MDP - 2 PORTAS	$NAr = Ne \times NSa.e$ $NAr = 3.888$ Onde: <i>NAr</i> - Número total de armários baixos 2 portas NE - Número de unidades escolares (486) <i>NSa.e</i> - Número médio de salas adm. por unidade escolar (8)
2	ARMÁRIO DE AÇO ALTO - 2 PORTAS	$NLo = NE \times NLo.e$ $NLo = 972$ Onde: <i>NAr</i> - Número Total de armários de aço NE - Número de unidades escolares (486) <i>NAr.e</i> - Número de armários unidade escolar(2)
3	BELICHE SOLTEIRO INDUSTRIAL REFORÇADO	$NB = (Ne.Ec/NEc/Nv.b) \times NEC-NB.ad$ $NB = 327$ Onde: <i>NB</i> - Número total de beliches <i>Ne.Ec</i> - Nº. de estudantes das escolas campo que precisam de acomodação (1.304) <i>NEc</i> - Nº. escolas campo com oferta de acomodação (8) <i>Nv.b</i> - Nº. de vagas por beliche (2) <i>NB.ad</i> - Nº. de beliches adquiridos no Processo nº. 2023/27000/21397 (325)
4	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA	$NCad = NE \times NSa \times NCad.S$ $NCad = 19.440$ Onde: <i>NE</i> - Número de unidades escolares <i>NSa</i> - Número médio de salas administrativas por escola (8) <i>NCad.S</i> - Número médio de cadeiras por sala (5) <i>NCad.</i> - Número total de Cadeiras giratórias
5	CAPA IMPERMEÁVEL PARA COLCHÃO SOLTEIRO	$NCa = NC$ $NCa = 654$ Onde: <i>NCa</i> - Número total de capas <i>NC</i> - Número Total de colchões (654)
6	CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE AÇO INOX PARA COZINHA INDUSTRIAL (3 PRATELEIRAS)	$Ncar = NE \times Ncar.e$ $Ncar = 69$ Onde: <i>NE</i> - Nº. de unidades escolares de médio e grande porte, conforme IN. nº. 15 de 22/12/2023 (69) <i>Ncar.e</i> - Número de carrinhos por unidade escolar (1) <i>Ncar</i> - Número total de carrinhos para cozinha
7	COLCHÃO DE SOLTEIRO PARA BELICHE	$NC = NB \times Nv.b$ $NC = 654$ Onde: <i>NC</i> - Número Total de colchões <i>NTb</i> - Número Total de beliches (327) <i>Nvg.b</i> - Número de vagas por beliche (2)
8	CONJUNTO BIBLIOTECA (MESA REDONDA COM 4 CADEIRAS)	$NCj = NeS \div Ne.Cj \times NE$ $NCj = 4.374$ Onde: <i>NCj</i> - Número Total de Conj. Biblioteca necessários <i>NeS</i> - Número médio de Estudantes por sala de aula (35) <i>Ne.Cj</i> - Número de estudantes por conjunto biblioteca (4) <i>NE</i> - Número total de escolas da rede (486)
9	CONJUNTO MESA PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES COM BANCOS SEPARADOS	$NCj = Ne \div NL \div Nt$ $NCj = 5.618$ Onde: <i>NCj</i> - Número Total de Conj. Refeitório <i>Ne</i> - Número de Estudantes da Rede Estadual <i>NL</i> - Número de lugares no Conjunto refeitório (8) <i>Nt</i> - Número de turnos(3)
	CONJUNTO PROJESSOR	$NCj = (NE \times NS.e) - (NCj.ad)$ $NCj = 918$ Onde: <i>NCj</i> - Número total de conjuntos professor NE -





10	(MESA E CADEIRA)	<i>Número de unidades escolares (486)</i> <i>NS.e - Número médio de salas de aula por unidade escolar (8)</i> <i>NCj.ad - Número de conjuntos professor adquiridos por meio do Processo nº. 2024/27000/20519 (2.970)</i>
11	ESTANTE DE BIBLIOTECA DUPLA FACE - 10 PRATELEIRAS	$Nes = NE \times Nes.e$ $Nes = 972$ <i>Onde:</i> <i>Nes - Número total de estantes dupla face para biblioteca</i> <i>NE - Número de unidades escolares da Rede Estadual</i> <i>Nes.e - Número de estante por unidade escolar (2)</i>
12	ESTANTE INDUSTRIAL MULTIUSO COM 5 PRATELEIRAS LISAS COM RODAS	$Nest. = NE \times Nest.e$ $Nest. = 972$ <i>Onde:</i> <i>NE - Número de unidades escolares (486)</i> <i>Nest.e - Número de estantes por unidade escolar (2)</i> <i>Nest. - Número total de estantes</i>
13	LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES	$NLo = NE \times NLo.e$ $NLo = 972$ <i>Onde:</i> <i>NLo - Número Total de longarinas</i> <i>NE - Número de unidades escolares (486)</i> $NLo.e$ - <i>Número de longarinas por unidade escolar (2)</i>
14	MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA - GRANDE	$NM = NETI \times Nm.e$ $NM = 51$ <i>Onde:</i> <i>NETI - Número de unidades escolares de tempo integral (51)</i> <i>Nm.e - Número mesas por unidade escolar (1)</i> NM - <i>Número total de mesas auxiliares inox</i>
15	MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA MÉDIA	$NM = NEM \times Nm.e$ $NM = 43$ <i>Onde:</i> <i>NEM - Número de unidades escolares Médio Porte, conforme IN. nº. 15 de 22/12/2023 (43)</i> <i>NSa.e - Número médio de salas adm. por unidade escolar (1)</i> <i>NM - Número total de mesas auxiliares inox</i>
16	MESA PARA CADEIRANTE COM INCLINAÇÃO TAMPO	$NMc = Nec + RT$ $NMc = 154$ <i>Onde:</i> <i>NMc - Número total de mesas para cadeirante</i> <i>Nec - Número estudantes cadeirantes (140)</i> RT - <i>Reserva Técnica (10%)</i>
17	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO GRANDE	$NMg = NE.mg \times NM.e$ $NMg = 69$ <i>Onde:</i> <i>NMg - Número total de mesas de reunião Grande</i> $NE.mg$ - <i>Número de unidades escolares de Médio e Grande Porte conforme IN. nº. 15 de 22/12/2023 (69)</i> <i>NM.e - Número de mesas por unidade escolar (1)</i>
18	MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO	$NMp = NE.pp \times NM.e$ $NMp = 320$ <i>Onde:</i> <i>NMp - Número total de mesas de reunião Pequena</i> $NE.pp$ - <i>Número de unidades escolares de Pequeno Porte, exceto indígenas, conforme IN. nº. 15 de 22/12/2023 (320)</i> <i>NM.e - Número de mesas por unidade escolar (1)</i>
19	MESA SECRETÁRIA RETA SEM GAVETA (120X060mm)	$NM = NE \times NSa.e \times NM.s$ $NM = 3.888$ <i>Onde:</i> <i>NM - Número total de mesas</i> <i>NE - Número de unidades escolares (486)</i> <i>NSa.e - Número médio de salas adm. por unidade escolar (8)</i> <i>NM.s - Número de mesa por sala administrativa (1)</i>
20	QUADRO BRANCO COM CAVALETE E RODAS (090x120cm) - MOLDURA ALUMÍNIO	$NTQ = NE \times NQ.e$ $NTQ = 51$ <i>Onde:</i> <i>NE - Número de Escolas de Tempo Integral (51)</i> $NQ.e$ - <i>Número de quadro por unidade escolar (1)</i> NTQ - Número





		<i>total de Quadros brancos móveis</i>
21	QUADRO BRANCO GRANDE (A=120cm x C=300cm) - MOLDURA ALUMÍNIO	NTQ=NE x NS NTQ= 2.240 Onde: NE - Número de unidades escolares Regular (280) NS - Número médio de salas por unidade escolar (8) NTQ - Número total de Quadros brancos
22	QUADRO BRANCO PEQUENO (A=120cm x C=200cm) - MOLDURA ALUMÍNIO	NTQ= NE x NQ.e NTQ= 412 Onde: NE - Número de unidades escolares não regular (apae, campo, indígena, quilombola, sócioeducativo, prisional) (206) NQ.e - Número de quadro por unidade escolar (2) NTQ - Número total de Quadros brancos

2.2.1. De forma resumida, a memória de cálculo ficaria da seguinte forma:

Quantidade x Valor Unitário = Valor total
--

2.3. Da Natureza do Objeto:

2.4. A natureza do objeto a ser licitado é de natureza comum, pois suas características, padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

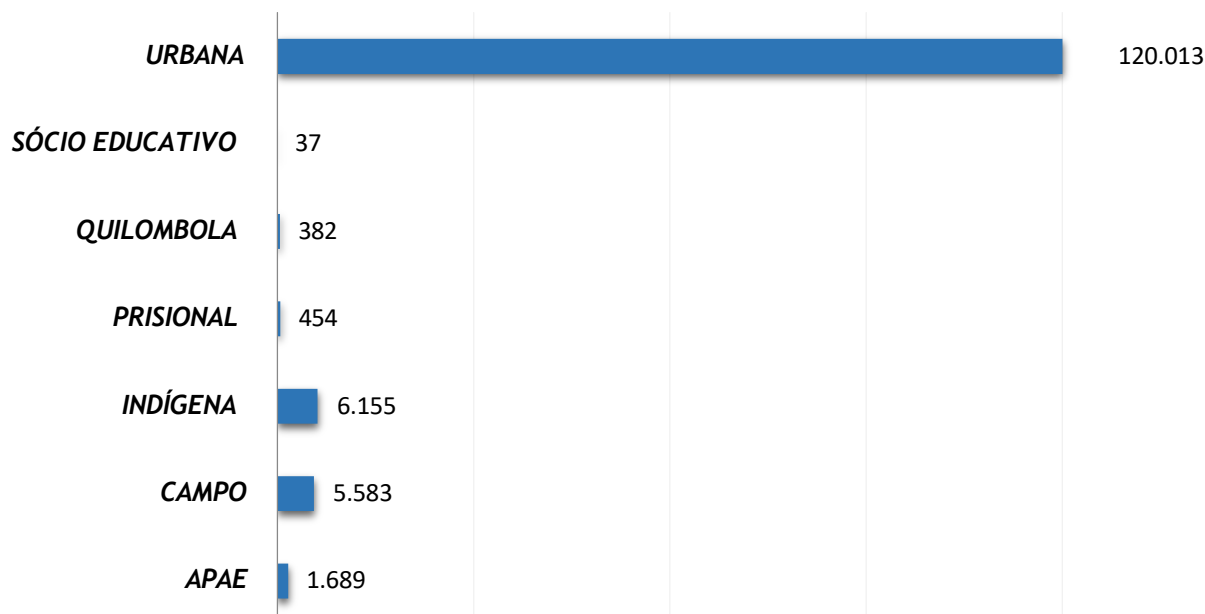
3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Este processo apresenta como demanda aparelhar as unidades escolares da Secretaria da Educação com mobiliário, dentre eles, conjunto professor, conjunto biblioteca, conjunto mesa para refeitório, quadro branco (lousa), estantes para biblioteca e cozinha, armários, beliches, colchões e capas de colchão para as escolas de campo, cadeiras, longarinas, mesas retas, mesas para cadeirante e mesas de inox para cozinha, e carro auxiliar de transporte para cozinha.

3.2. Trata-se de mobiliários adequados, em conformidade com as normas técnicas mais recentes, inclusive de ergonomia e de segurança, os quais deverão suprir a falta destes ou substituir o mobiliário que tenha sofrido desgaste inevitável do tempo ou cuja manutenção tenha se tornado antieconômico.

3.3. De acordo com os dados extraídos do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE) da Secretaria da Educação (SEDUC), em 24 de março de 2025, a rede estadual de ensino contabiliza um total de 134.313 estudantes matriculados, abrangendo todas as modalidades de ensino, incluindo as etapas fundamentais e médias.

3.4. O Gráfico 01 a seguir representa a distribuição do número de estudantes por modalidade de ensino:





0 30.000 60.000 90.000 120.000

NÚMERO DE ESTUDANTES

3.5. Conforme dados do Sistema de Gerenciamento Escolar da SEDUC_2025, o número de matrículas da rede estadual de ensino é de 134.313 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e treze) estudantes, distribuídos em 486 (quatrocentos e oitenta e seis) unidades escolares.

3.6. Mediante registros desta Pasta, nos anos de 2023 e 2024 foram realizados os certames SGD nº 2023/27000/022993, SGD nº 2024/27000/019934 e SGD nº 2024/27000/020519, destinados à aquisição e distribuição de itens de mobiliário escolar com o objetivo de aparelhar as unidades da rede estadual de ensino. Ressalta-se que parte dos mobiliários adquiridos nesses certames integra o conjunto de itens que constitui o objeto deste processo.

3.7. Importa destacar que o mobiliário escolar está sujeito a desgaste natural em virtude do uso contínuo e intensivo, exigindo reposição periódica para garantir a funcionalidade, segurança e conforto dos ambientes escolares.

3.8. No que se refere à aquisição de mesas acessíveis para cadeirantes, é importante considerar a rotatividade desse público nas unidades escolares, ocasionada por múltiplos fatores como: limitações de infraestrutura (em razão de prédios que ainda não possuem plena acessibilidade), ausência ou insuficiência de Atendimento Educacional Especializado (AEE), indisponibilidade ou irregularidade do Transporte Escolar Adaptado, mudanças de domicílio e condições de saúde.

3.9. A Secretaria da Educação tem desenvolvido ações para a promoção da inclusão escolar no Tocantins; entretanto, ainda existem desafios estruturais significativos, como a adaptação de prédios antigos e a necessidade de construção e/ou revitalização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE).

3.10. De acordo com levantamento realizado pela Gerência de Atendimento Educacional Especializado em março de 2025, a rede estadual de ensino conta atualmente com 140 estudantes cadeirantes que demandam mobiliário escolar adequado e acessível.

3.11. Diante do exposto, o quantitativo de mesas acessíveis foi definido com base nesse levantamento, acrescido de uma reserva técnica, considerando informações prestadas pelas Superintendências Regionais de Educação, e em consonância com o que estabelece a legislação vigente: a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), a Lei nº 2.977, de 08/07/2015 (Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO, art. 4º, §4º, inciso III), no que seja:

(...)

Art. 4º A execução do PEE/TO e o cumprimento de suas metas são objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

...

§4º O investimento público em educação, referido no inciso VI do art. 214, CF/88, e na meta 24 do Anexo Único a esta Lei, na conformidade do disposto no art. 213, CF/88, corroborado pela Constituição Estadual, art. 128, e pela Lei 2.139, de 3 de setembro de 2009, engloba:

...

III - os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento do ensino fundamental, médio e da educação especial. Ademais, a Lei nº 4.220, de 28/08/2023, que institui o Programa de Fortalecimento da Educação (PROFE) da Rede Estadual de Ensino (Capítulo II – Da Educação Inclusiva, art. 5º), conforme abaixo:

(...)

Art.5º Por meio do PROFE, buscar-se-á implementar a educação inclusiva nas Redes Públicas de Ensino, em regime de colaboração, tendo como foco o direito à educação com equidade, respeito à diversidade e às diferenças humanas, contemplando, assim,





as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero, com os seguintes objetivos:

...

3.12. Quanto ao ambiente escolar, o número médio de salas de aula por unidade escolar foi estimado com base em dados do Censo Escolar de 2023, sobre a climatização das escolas. Segundo esses dados, na Rede Estadual de Ensino do Tocantins, considerando todas as 13 (treze) regionais, o número médio de salas de aula é 08 (oito) por unidade escolar, conforme mostra detalhamento na Tabela 01 a seguir. Tabela 01 – Distribuição do número de salas de aula por unidade escolar em cada Superintendência Regional de Educação – S.R.E.

S.R.E	Nº de escolas da rede estadual	Nº total de salas de aula/S.R.E	Nº médio de salas de aula por Unidade Escolar/S.R.E
Araguaína	74	743	10
Araguatins	39	326	08
Arraias	17	127	07
Colinas do Tocantins	19	186	10
Dianópolis	19	207	11
Guaraí	25	202	08
Gurupi	64	477	08
Miracema do Tocantins	58	272	05
Paraíso do Tocantins	42	348	08
Palmas	38	481	13
Pedro Afonso	30	196	07
Porto nacional	42	357	09
Tocantinópolis	33	236	07
Média de salas de aula/unidade escolar.			08

3.13. A demanda aqui apresentada encontra-se planejada no Plano Plurianual, Ações 2007 e 2452 e no Plano de Contratação Anual – PCA. Protocolo PCA no PNCPO 25053083000108-0-000001/2025. O objeto e suas especificações estão registrados no catálogo eletrônico de padronização do Governo do Estado, presente no Sistema Integrado de Gestão Administrativa. <http://www.siga.to.gov.br/catalogo/#/>.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Considerando a natureza permanente dos bens, a finalidade de mobiliar adequadamente as unidades escolares da rede estadual de educação e a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, economicidade e sustentabilidade fiscal e ainda a boa gestão dos recursos públicos, a aquisição de mobiliário apresentasse como a solução mais adequada e vantajosa para o atendimento da presente demanda.

4.2. Conforme Art. 140, inciso II da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, em se tratando de compras, o objeto do contrato será recebido:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;





b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.3. No caso da aquisição em tela:

a) O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos bens, com a verificação da quantidade, integridade física, documentação fiscal e conformidade básica com o objeto contratado, realizada por servidor ou comissão designada para tal fim, **no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis**, salvo disposição contratual em sentido diverso.

b) O **recebimento definitivo** será realizado **até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento provisório**, mediante verificação técnica detalhada da qualidade, funcionalidade e conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas exigidas no termo de referência e na proposta vencedora. A aceitação definitiva somente será formalizada após a constatação de que os bens estão em perfeitas condições de uso e atendem aos critérios de qualidade exigidos

4.4. Considerando a solução escolhida verifica-se que se trata de materiais comuns, nos termos do Parágrafo Único, do art. 6º, inciso XIII e Art. 20 da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usuais no mercado.

4.5. Dessa forma, o objeto não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021 do Governo Federal.

4.6. Exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e os critérios de qualificação econômica financeira serão dispostos conforme a legislação e constarão no Edital.

4.7. Conforme previsto no art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a presente aquisição é considerada imediata e o prazo para início da entrega será de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do extrato de contrato no diário oficial do Estado.

4.8. Conforme mencionado anteriormente, os bens objeto deste processo deverão ser entregues pelo contratado montados ou prontos para montagem no local. Com o objetivo de aperfeiçoar o espaço do almoxarifado central da SEDUC, os beliches, colchões e capas de colchão – materiais destinados exclusivamente às escolas do campo que oferecem acomodação aos estudantes – deverão ser obrigatoriamente entregues diretamente nas unidades escolares, conforme os quantitativos e prazos estabelecidos na Tabela 04 a seguir:

Tabela 04: Cronograma de Entrega e Percentual dos Quantitativos





ORD	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ENTREGA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
01	Beliche solteiro industrial reforçado	Unidade escolar	40%	30%	30%
02	Colchão de solteiro para beliche	Unidade escolar	40%	30%	30%
03	Capa impermeável para colchão solteiro	Unidade escolar	40%	30%	30%
04	Demais itens constantes desta aquisição	Almoxarifado SEDUC	40%	30%	30%

4.9. A Tabela 05 a seguir, lista as 08 (oito) unidades escolares de campo, com endereços e contatos telefônicos, para viabilizar a entrega dos itens conforme o percentual dos quantitativos da tabela 04.

ORD	S.R.E	Município	Unidade escolar	Endereço	Diretor UNID. Escolar	Telefone contato
01	Araguatins	Esperantina	Esc. Família Agrícola do Bico do Papagaio Padre Josimo	Rodovia TO 201 km 126 (após o povoado Vila Tocantins)	Adão da Silva	(63) 99113-4411
02	Arraias	Arraias	Esc. Est. Tempo Integral Agrícola David Aires França	Rodovia TO 050 km 07	Tulio Natalino de Matos	(62) 99299-0559
03	Colinas do Tocantins	Colinas	Esc. Est. Família Agrícola Zé de Deus	Rod. Mun. CTO-40 KM 4 Gleba Gapuí, Zona rural CEP: 77.760-000	Ivone Eduarda da Silva Noieto	(63) 9991-7224
04	Dianópolis	Almas	Col. Est. Girassol de Tempo Integral Agrop. de Almas	Chac. Nova Lapa, SN, Setor Primavera. CEP: 77.310-000	Luciana Castro de Andrade Linhares Nunes	(63) 99289-8956
05	Gurupi	São Salvador	Col. Est. Família Agrícola José Porfírio de Souza	Assentamento Piabanha I- Zona rural. CEP: 77368-000	Alberto Morais Delfino	(62) 99160-0893





06	Porto Nacional	Monte do Carmo	Col. Est. Agrícola Brigadas Che Guevara	Fazenda Caiçara II, Zona rural	Ramilsom Ribeiro de Souza	(63) 99242-0649
07	Porto Nacional	Porto Nacional	Esc. Família Agrícola de Porto Nacional - EFAPN	KM 3 Rodovia TO-255 Zona rural	Ozéias Neres Cerqueira	(63) 98454-9652
08	Palmas	Buritirana	Esc. Est. do Campo Maria Ribeiro Oliveira	Rua Benjamim Alves, Quadra: 31 e 36	Andréa Pereira da Silva Costa	(63) 98417-4046

4.10 Com vistas viabilizar a elaboração das peças orçamentárias e distribuição do recurso que suportará a futura despesa deverão ser observados os quantitativos dispostos na Tabela 06 abaixo:

Tabela 06 – Quantitativo de mobiliário a ser adquirido para cada etapa de ensino e demais dependências administrativas das Unidades Escolares.

ITEM	QTD	UNID	ESPECIFICAÇÕES	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO ESPECIAL	
				QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
1	3.888	UND	Armário baixo MDP - 2 portas	2.333	R\$ 891.229,33	1.555	R\$ 594.025,55	0	R\$ 0,00
2	972	UND	Armário de aço alto - 2 portas	583	R\$ 689.589,89	389	R\$ 460.120,87	0	R\$ 0,00
3	327	UND	Beliche solteiro industrial reforçado	196	R\$ 171.296,16	131	R\$ 114.488,76	0	R\$ 0,00
4	19.440	UND	Cadeira diretor giratória	11.664	R\$ 6.952.677,12	7.776	R\$ 4.635.118,08	0	R\$ 0,00
5	654	UND	Capa impermeável para colchão solteiro	392	R\$ 37.008,72	262	R\$ 24.735,42	0	R\$ 0,00
6	69	UND	Carro auxiliar de transporte aço inox para cozinha industrial (3 prateleiras)	41	R\$ 78.052,93	28	R\$ 53.304,44	0	R\$ 0,00
7	654	UND	Colchão de solteiro para beliche	392	R\$ 232.244,32	262	R\$ 155.224,52	0	R\$ 0,00
8	4.374	CNJ	Conjunto biblioteca (mesa redonda com 4 cadeiras)	2.624	R\$ 5.986.052,48	1.750	R\$ 3.992.222,50	0	R\$ 0,00
9	5.618	CONJ	Conjunto mesa para refeitório 8 lugares com bancos separados	3.371	R\$ 8.936.588,42	2.247	R\$ 5.956.841,94	0	R\$ 0,00
10	918	CNJ	Conjunto professor (mesa e cadeira)	551	R\$ 537.434,38	367	R\$ 357.964,46	0	R\$ 0,00
11	972	UND	Estante de biblioteca dupla face - 10 prateleiras	583	R\$ 1.103.840,54	389	R\$ 736.524,82	0	R\$ 0,00
12	972	UND	Estante industrial multiuso com 5 prateleiras lisas com rodas	583	R\$ 1.053.568,45	389	R\$ 702.981,35	0	R\$ 0,00





13	972	UND	Longarina executiva 4 lugares	583	R\$ 451.650,10	389	R\$ 301.358,30	0	R\$ 0,00
14	51	UND	Mesa auxiliar inox para cozinha - grande	31	R\$ 43.230,43	20	R\$ 27.890,6	0	R\$ 0,00
15	43	UND	Mesa auxiliar inox para cozinha média	26	R\$ 38.031,5	17	R\$ 24.866,75	0	R\$ 0,00
16	154	UND	Mesa para cadeirante com inclinação tampo	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	154	R\$ 115.028,76
17	69	UND	Mesa retangular para reunião grande	41	R\$ 122.191,89	28	R\$ 83.448,12	0	R\$ 0,00
18	320	UND	Mesa retangular para reunião	192	R\$ 414.954,24	128	R\$ 276.636,16	0	R\$ 0,00
19	3.888	UND	Mesa secretária reta sem gaveta (120X060MM)	2.333	R\$ 816.386,69	1.555	R\$ 544.141,15	0	R\$ 0,00
20	51	UND	Quadro branco com cavalete e rodas (090X120CM) - moldura alumínio	31	R\$ 27.907,44	20	R\$ 18.004,8	0	R\$ 0,00
21	2.240	UND	Quadro branco grande (A=120CM X C=300CM) - moldura alumínio	1.344	R\$ 1.316.931,84	896	R\$ 877.954,56	0	R\$ 0,00
22	412	UND	Quadro branco pequeno (A=120CM X C=200CM) - moldura alumínio	247	R\$ 174.337,54	165	R\$ 116.460,3	0	R\$ 0,00
TOTAL				28.142	R\$ 30.075.204,41	18.762	R\$ 20.054.313,45	154	R\$ 115.028,76

4.11. Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Art. 84, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, podendo neste caso.

5. GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. A garantia mínima será de 2 (dois) anos, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizam para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA.

5.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante juntamente com cada item fornecido. A contratada será integralmente responsável por eventuais vícios ou danos relacionados ao objeto, conforme disposto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

5.4. Nos termos do §4º do Art. 40 da Lei 14.133/2021, os produtos adquiridos também deverão possuir rede de assistência técnica autorizada ou representação no Estado do Tocantins, a fim de permitir a adequada utilização da garantia, ou para assegurar a execução de eventuais manutenções corretivas futuras, prestados mediante deslocamento de técnico ao local onde estiverem instalados os móveis, considerando que a logística de deslocamento do mobiliário é relativamente complexa e dispendiosa, por se tratar de itens de grande volume.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos





bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Como requisito essencial, os bens fornecidos deverão ser novos, acondicionados adequadamente em embalagens originais lacradas e comprovadamente em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha pelo fabricante. Os itens deverão ser entregues com todos os acessórios necessários à sua correta instalação e pleno funcionamento, acompanhados de documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e demais documentos pertinentes.

6.1.1 Considerando a necessidade de padronização visual e organizacional das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, os itens de mobiliário deverão observar as cores definidas no Termo de Referência, conforme padrão institucional adotado pela Secretaria da Educação.

6.1.2 A definição das cores não possui caráter estético isolado, mas visa:

I – promover a identidade visual institucional da rede estadual de ensino;

II – garantir uniformidade e harmonia nos ambientes escolares;

III – facilitar a reposição futura de itens, assegurando compatibilidade com mobiliários já existentes;

IV – evitar heterogeneidade excessiva que possa comprometer a organização e padronização dos espaços pedagógicos e administrativos;

V – assegurar uniformidade nos processos de armazenamento, controle patrimonial, remanejamento entre unidades escolares e reposição futura dos bens, evitando a fragmentação de padrões que possa comprometer a organização administrativa.

6.1.3 Ressalta-se que a exigência de cor não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que as tonalidades especificadas são amplamente disponíveis no mercado nacional de mobiliário escolar, não estando vinculadas a fabricante específico.

6.1.4 Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, as especificações técnicas do





objeto devem ser justificadas com base na necessidade pública a ser atendida, sendo a padronização das cores medida que se mostra razoável, proporcional e alinhada ao interesse público.

6.2. Os bens exigem logística de média à alta complexidade para seu transporte, sendo que os custos de entrega, descarregamentos no local designado pelo contratante e montagem deverão estar inclusos no preço final dos produtos.

6.3 A empresa se responsabilizará por entregar o mobiliário aqui contratado, montado ou para montagem no local.

6.4 A entrega deverá ser feita no Almoxarifado Central da SEDUC, localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas - TO, conforme solicitação formal emitida pela Secretaria Estadual da Educação, observado os horários de expediente da Gerência de Patrimônio, a saber, dias úteis de 8h às 14h.

6.5 A garantia mínima será de 2 (dois) anos, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizam para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA.

6.6 Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante juntamente com cada item fornecido. A contratada será integralmente responsável por eventuais vícios ou danos relacionados ao objeto, conforme disposto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

6.7 Nos termos do §4º do Art. 40 da Lei 14.133/2021, os produtos adquiridos também deverão possuir rede de assistência técnica autorizada ou representação no Estado do Tocantins, a fim de permitir a adequada utilização da garantia, ou para assegurar a execução de eventuais manutenções corretivas futuras, prestados mediante deslocamento de técnico ao local onde estiverem instalados os móveis, considerando que a logística de deslocamento do mobiliário é relativamente complexa e dispendiosa, por se tratar de itens de grande volume.

a) SUSTENTABILIDADE:

6.8 A contratação deverá observar integralmente a legislação aplicável às licitações e contratos administrativos, bem como os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, especialmente aqueles relacionados à gestão ambientalmente adequada de resíduos, à redução de impactos ambientais e ao consumo responsável de materiais, nos termos da legislação vigente, a exemplo do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.8.1 Os bens e materiais a serem fornecidos deverão atender às normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao mercado de mobiliário, observando os requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho, resistência, durabilidade e ergonomia, conforme as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ou outras normas técnicas equivalentes ou supervenientes, quando aplicáveis.

6.9 Os bens e materiais a serem fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962, bem como às normas técnicas específicas vigentes e pertinentes à natureza do objeto, destinadas a assegurar os requisitos mínimos de qualidade, desempenho, segurança, resistência, durabilidade, ergonomia e sustentabilidade, quando aplicáveis.

6.9.1 A contratada será responsável por identificar, observar e comprovar o atendimento às normas técnicas incidentes sobre os materiais e bens fornecidos, admitindo-se, quando couber, a aplicação de normas atualizadas, substitutivas ou tecnicamente equivalentes, desde que assegurado nível igual ou superior de desempenho e qualidade.

6.9.2 O descumprimento das normas técnicas aplicáveis poderá ensejar a rejeição dos bens, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

6.10 Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três





pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 11, inciso IV, parágrafo único da Lei 14.133), a Contratada deverá:

- 6.10.1** Comprovar na entrega dos bens/materiais mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, nos produtos, por catálogo(s) do fabricante, por informações disponíveis no site do fabricante e em sites dos órgãos competentes, por apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, ou por instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;
- 6.10.2** Acondicionar os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 6.11.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 6.11.1.** Maior vida útil;
 - 6.11.2.** Menor custo de manutenção;
 - 6.11.3.** Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - 6.11.4.** Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados;
 - 6.11.5.** Menor geração de resíduos;
 - 6.11.6.** Materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- 6.12.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela qualidade do produto entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.
- 6.13.** A CONTRATADA deverá fornecer o manual de instalação, catálogos técnicos e Certificados de Garantia dos fabricantes.

b) DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 6.14.** Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a conformidade com os padrões de qualidade exigidos será indispensável à apresentação de amostras pelos licitantes provisoriamente vencedores, previamente à formalização da contratação. As amostras serão submetidas à avaliação técnica, com o objetivo de verificar a adequação do produto ou serviço às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.15** As empresas convocadas deverão entregar as amostras solicitadas no Almoxarifado Central da Secretaria da Educação (Seduc), localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas - TO, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação formal expedida pela Administração. O descumprimento do prazo estabelecido ou a apresentação de amostras que não atendam às especificações constantes no edital implicará a automática desclassificação da empresa.
- 6.16** A celebração do contrato estará condicionada à homologação das amostras apresentadas, pela equipe técnica do setor solicitante, com a devida comprovação de sua conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.
- 6.17.** Serão exigidas amostras dos seguintes itens:
 - 6.17.1.** ARMÁRIO BAIXO (MDP) - 2 PORTAS
 - 6.17.2.** ARMÁRIO ALTO (AÇO) - 2 PORTAS
 - 6.17.3.** BELICHE SOLTEIRO INDUSTRIAL REFORÇADO
 - 6.17.4.** CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA
 - 6.17.5.** CAPA IMPERMEÁVEL PARA COLCHÃO SOLTEIRO
 - 6.17.6.** CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE AÇO INOX PARA COZINHA INDUSTRIAL (3 PRATELEIRAS)
 - 6.17.7.** COLCHÃO DE SOLTEIRO PARA BELICHE
 - 6.17.8.** CONJUNTO BIBLIOTECA (MESA REDONDA COM 4 CADEIRAS)





6.17.9. CONJUNTO MESA PARA REFEITÓRIO 8 LUGARES COM BANCOS SEPARADOS

6.17.10. CONJUNTO PROJEÇÃO (MESA E CADEIRA)

6.17.11. ESTANTE DE BIBLIOTECA DUPLA FACE - 10 PRATELEIRAS

6.17.12. ESTANTE INDUSTRIAL MULTIUSO COM 5 PRATELEIRAS LISAS COM RODAS

6.17.13. LONGARINA EXECUTIVA 4 LUGARES

6.17.14. MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – GRANDE

6.17.15. MESA AUXILIAR INOX PARA COZINHA – MÉDIA

6.17.16. MESA PARA CADEIRANTE COM INCLINAÇÃO

6.17.17. MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – GRANDE

6.17.18. MESA RETANGULAR PARA REUNIÃO – PEQUENA

6.17.19. MESA SECRETÁRIA RETA SEM GAVETA (120X060mm)

6.17.20. QUADRO BRANCO COM CAVALETE E RODAS (090x120cm) - MOLDURA ALUMÍNIO

6.17.21. QUADRO BRANCO GRANDE (A=120cm x C=300cm) - MOLDURA ALUMÍNIO

6.17.22. QUADRO BRANCO PEQUENO (A=120cm x C=200cm) - MOLDURA ALUMÍNIO

6.18 A especificação do mobiliário foi cuidadosamente escolhida levando em consideração fatores relevantes como a ergonomia, o conforto, a funcionalidade, a estética, e a segurança dos usuários.

6.19. Os requisitos técnicos mínimos foram obtidos a partir de manuais do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FNDE de manuais e catálogos de empresas que trabalham especificamente com mobiliário escolar.

6.20. Sendo assim, torna-se imprescindível a apresentação de amostras dos itens de mobiliário a serem adquiridos, de modo a assegurar a conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7. ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Conforme previsto no art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a presente aquisição é considerada imediata e o prazo para início da entrega será de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do extrato de contrato no diário oficial do Estado.

7.2. Conforme mencionado anteriormente, os bens objeto deste processo deverão ser entregues pelo contratado montados ou prontos para montagem no local. Com o objetivo de otimizar o espaço do almoxarifado central da SEDUC, os beliches, colchões e capas de colchão – materiais destinados exclusivamente às escolas do campo que oferecem acomodação aos estudantes – deverão ser obrigatoriamente entregues diretamente nas unidades escolares, conforme os quantitativos e prazos estabelecidos na **Tabela** a seguir:

ORD	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ENTREGA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
01	Beliche solteiro industrial reforçado	Unidade escolar	40%	30%	30%
02	Colchão de solteiro para beliche	Unidade escolar	40%	30%	30%
03	Capa impermeável para colchão solteiro	Unidade escolar	40%	30%	30%
04	Demais itens	Almoxarifado	40%	30%	30%





	constantes desta aquisição	SEDUC			
--	-------------------------------	-------	--	--	--

7.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **07 dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço no Almoxarifado Central da SEDUC, localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas-TO, conforme solicitação formal emitida pela Secretaria Estadual da Educação, observado os horários de expediente da Gerência de Patrimônio, a saber, dias úteis de 8h às 14h.

7.5. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

7.6. As entregas dos itens: beliche solteiro industrial reforçado, Colchão de solteiro para beliche e Capa impermeável para colchão solteiro, por se referirem a materiais destinados exclusivamente às escolas do campo que oferecem alojamento aos estudantes, deverão, obrigatoriamente, ser realizadas diretamente nas respectivas unidades escolares.

7.6.1. Os demais mobiliários objeto deste processo licitatório deverão ser entregues, no Almoxarifado Central da SEDUC, localizado na Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas - TO.

7.7. Critérios de Aceitação e Execução do Objeto

7.8. A aceitação e a execução do objeto contratual obedecerão aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se, rigorosamente, as especificações técnicas descritas no item 2, bem como os prazos e condições pactuados.

7.9. Os bens entregues serão inicialmente recebidos em caráter provisório, com a finalidade de conferência e verificação de conformidade em relação às especificações técnicas estabelecidas no item 2 deste Termo de Referência.

7.10. Concluída a conferência mencionada no item anterior, e constatada a plena conformidade dos bens com as exigências contratuais, proceder-se-á à sua aceitação definitiva.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Fiscalização Técnica:

a) Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização





administrativa. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).**

8.7. Atributos do fiscal técnico:

8.8. Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

8.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

8.8.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.8.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.8.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.8.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas;

8.8.6. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

8.8.7. Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

8.8.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e

8.8.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

8.9. Fiscalização Administrativa:

a) Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).

8.10. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

8.10.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

8.10.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.10.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

8.10.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.10.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e,

8.10.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

8.11. Gestor do Contrato:





8.12. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

8.13. Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. **(Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).**

8.14. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

8.14.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

8.14.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.14.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

8.14.4. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública.

8.14.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

8.14.6. Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal no 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

8.14.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

8.14.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

8.14.9. Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n o 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento:

a.1) PROVISÓRIO:

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (QUINZE)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas





custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

a.2) DEFINITIVO:

9.3. Será realizado **até 30 (TRINTA) dias** úteis após o recebimento provisório, mediante verificação técnica detalhada da qualidade, funcionalidade e conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas exigidas no termo de referência e na proposta vencedora. A aceitação definitiva somente será formalizada após a constatação de que os bens estão em perfeitas condições de uso e atendem aos critérios de qualidade exigidos.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

9.5. Liquidação:

9.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.8.1.** o prazo de validade;
- 9.8.2.** a data da emissão;
- 9.8.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.8.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 9.8.5.** o valor a pagar; e
- 9.8.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

c) Prazo de Pagamento:

9.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de conclusão do processo de liquidação da despesa.

9.17. Observando-se o prazo estabelecido no item anterior e em conformidade com o disposto no artigo 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 — que veda expressamente o pagamento antecipado —, os valores devidos serão pagos em até 30 (trinta) dias úteis após a efetiva entrega de cada parcela do objeto contratado, a fim de assegurar a legalidade e a regularidade do desembolso.

d) Forma de Pagamento:

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	NATUREZA	FONTE	ETAPA DE ENSINO
27010.12.368.1156.2007 Aparelhamento de Unidade Escolar	4.4.90.52	500.1001.101	Ensino fundamental
27010.12.368.1156.2007 Aparelhamento de Unidade Escolar	4.4.90.52	500.1001.101	Ensino Médio
27010.12.367.1156.2452 Apoio a estruturação e funcionamento da educação especial	4.4.90.52	500.1001.101	Não se aplica

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

b) Modalidade de Licitação:

Pregão Eletrônico.

Motivação sobre a utilização do Pregão Eletrônico:

11.2. A aquisição que se pretende realizar caracteriza-se como bens comuns, pois podem ser fornecidos por diversas empresas e permitem estabelecer para efeitos de julgamento de propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculi-





ares ao objeto, correspondendo às exigências da Lei nº 14.133/20201, notadamente ao disposto no inciso XIII, do art. 6º da referida Lei.

11.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

11.4. Portanto, a modalidade de licitação que se adequa aos objetivos propostos é o pregão na forma eletrônica, sendo que o critério de julgamento a ser adotado será o menor preço por item.

c) Procedimento Auxiliar:

Sistema de Registro de Preços. (x) Sim ou () Não.

Motivação da escolha do SRP: Optou-se ainda pela utilização de Sistema de Registro de Preços com fundamento na Seção V, em especial o art. 82, da Lei 14.133, de 01 de Abril de 2021, haja vista que os materiais do presente procedimento, poderão ser contratados no decorrer do exercício de 2025, em consonância com a execução das atividades no âmbito da Instituição, logo as entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade e quando solicitado pela Administração, de modo que resta demonstrado a necessidade de contratações frequentes.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

12.2. A participação em consórcio é tratada no artigo 15 da lei 14.133/21, a qual conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório, desde que a opção seja justificada.

12.3. Assim, a administração opta pela vedação da participação de consórcios nesta licitação, a qual pode ser justificada pelos seguintes motivos principais:

12.3.1. Complexidade Reduzida: O fornecimento e a eventual montagem de mobiliário escolar constituem serviços padronizados e de baixa complexidade técnica, não justificando a necessidade de formação de consórcios.

12.3.2. Menor Burocracia: Processos licitatórios com participação de consórcios demandam maior volume de documentação e análises complementares, o que amplia a burocracia e pode atrasar o andamento do certame.

12.3.3. Facilidade de Gestão Contratual: A execução contratual com uma única empresa favorece o controle, a comunicação e o acompanhamento das entregas, garantindo maior eficiência administrativa.

12.3.4. Gestão de Conflitos: Consórcios podem apresentar dificuldades de coordenação e divergências internas, o que comprometeria a execução regular e o cumprimento dos prazos.

12.3.5. Qualificação Individual Adequada: Empresas individuais com experiência comprovada na fabricação e fornecimento de mobiliário escolar atendem plenamente aos requisitos técnicos e de capacidade exigidos, não havendo necessidade de consorciamento.





12.3.6. Custos Adicionais: A contratação de consórcios tende a gerar custos administrativos extras à administração pública, relacionados à análise documental mais complexa, coordenação e fiscalização conjunta.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES;

13.1. Obrigações da Contratada:

13.1.1 Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria da Educação, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta da contratada, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couberem, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e responsabilizar por todos os custos da entrega.

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

13.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o material com avarias ou defeitos.

13.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

13.1.5. Comunicar à Secretaria da Educação, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

13.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.1.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante.

13.1.10. Fornecer o material no prazo estabelecido ou quando necessário o fornecimento, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

13.1.11. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do material, reservando à contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

13.1.12. Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do fornecimento do material que não atenda ao especificado.





13.1.13. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento do material seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

13.1.14. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do material fornecido.

13.2. Obrigações da Contratante:

13.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.

13.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

13.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado.

13.2.4. Efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

13.2.5. Conferir o fornecimento do material embora a contratada seja a única e responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

13.2.6. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste termo.

13.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado.

13.2.8. Proporcionar à contratada as condições para que possa fornecer o material dentro das normas estabelecidas.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 6.606, de 2023, o Contratado que:

- I) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Der causa à inexecução total do contrato;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;





- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas ii, iii, e vii do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas viii, ix, x, xi, xii do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas ii, iii, vii, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021)

d) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (art. 324 do Decreto nº 6.606/2023).

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):





- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

14.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

14.10. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria-Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (§2º do art. 326 do Decreto nº 6.606/2023, Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

14.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos (§2º, do art. 321 do Decreto nº 6.606/2023).

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência inicial do contrato será **12 (doze) MESES** com **POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO** nos termos e prazos dos artigos **105 e 111 da Lei 14.133/2021**, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

15.2. O contrato ainda poderá ser alterado unilateralmente, conforme necessidade da gestão, em razão do acréscimo quantitativo do objeto, nos limites permitidos pela lei, em harmonia com a ordem dos art. 124, inc. I e art. 125 da referida Lei.

15.3. JUSTIFICATIVA PARA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM





RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS ORIGINALMENTE REGISTRADOS:

15.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, com a consequente renovação dos quantitativos inicialmente registrados, encontra respaldo jurídico no Parecer AGU nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, que reconhece a possibilidade dessa medida, desde que atendidas, de forma cumulativa, as seguintes condições:

- a) comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração;
- b) previsão expressa dessa possibilidade no edital e na própria ata;
- c) tratamento prévio da matéria na fase de planejamento da contratação;
- d) efetivação da prorrogação dentro do prazo de vigência do instrumento.

15.5. Tal entendimento harmoniza-se com o disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que autoriza a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por igual período, e com o art. 84, caput e parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelecem a possibilidade de extensão da vigência, desde que haja comprovação de vantajosidade e previsão no instrumento convocatório.

15.6. Assim, à luz do referido parecer e dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, a prorrogação da Ata com a renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados revela-se juridicamente possível e administrativamente oportuna, garantindo a continuidade do fornecimento ou prestação de serviços, a observância do planejamento da contratação e a manutenção das condições mais vantajosas para a Administração.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta





classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.3. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

17.4. Para a **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, a empresa deverá apresentar:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

a.1) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

b) Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

17.5. - Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas.

b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

17.6. Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, apresentar:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

a.2) O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

a) Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

b) Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A





empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR e Edital.

c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =; Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo

; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =; Ativo Total

; Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =; Ativo Circulante

; Passivo Circulante

c.1) As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de **2% do valor estimado da contratação** ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

c.2) As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo **de 2% do valor estimado da contratação**, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

17.7. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA QUANTO A EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA.

17.8. Da motivação quanto a exigência de qualificação técnica:

17.9. A exigência de atestado de capacidade técnica em processos licitatórios, como no caso do Pregão Eletrônico objeto deste Termo de Referência, tem como fundamento principal assegurar que os licitantes possuam a experiência e a competência necessárias para a execução satisfatória do objeto contratado. Esta medida é fundamental para garantir a qualidade, a eficiência e a segurança nas aquisições/serviços realizadas pela administração pública.

17.10. A justificativa para a exigência de atestados de qualificação técnica é necessária para corroborar a legalidade e a legitimidade do certame, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Esse artigo estabelece que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional deve ser restrita a elementos que comprovem a capacidade do licitante para executar o contrato, como atestados de responsabilidade técnica e certidões emitidas por conselhos profissionais competentes.

17.11. A obrigatoriedade de apresentação de atestados de capacidade técnica visa prevenir contratações inadequadas, protegendo a administração pública contra o risco de inexecução ou execução defeituosa do contrato. No contexto específico do objeto deste Termo de Referência é a garantia de que os fornecedores possuem experiência comprovada e capacidade técnica adequada, como também é essencial para assegurar a qualidade dos produtos/serviços fornecidos e o atendimento aos padrões evitando, assim, prejuízos à administração pública.

17.12. Portanto, a justificativa para a exigência de atestados de capacidade técnica no Pregão Eletrônico em questão é respaldada pela necessidade de garantir a qualidade dos produtos/serviços adquiridos, a segurança dos consumidores e a eficiência na execução contratual, em conformidade com as diretrizes legais e as recomendações que estão sendo feitas em outros processos licitatórios da Procuradoria Geral do Estado do Tocantins.

17.13. Da motivação quanto a qualificação econômico-financeira:

17.14. O índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) que serão consignados no Edital não afrontam o disposto no art. 18, inciso IX, e art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se justificam na necessidade de se estabelecer parâmetros claros e objetivos que deem suporte à avaliação da qualificação econômico-financeira dos licitantes que eventualmente venham a ser contratados para o fornecimento do objeto licitado no Pregão. Para, além disso, pontua-se quanto a definição do índice, considerou não apenas a complexidade do objeto a ser licitado, mas vislumbrou-se também a razoabilidade de ser exigido um índice cujo maior número possível de empresas consiga





comprová-lo, independente do seu porte de enquadramento (MEI, ME, EPP, etc).

17.15. Cabe ressaltar que o índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento em curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

17.16. Já o índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa em longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas em longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

17.17. Por fim, o índice de solvência tem por finalidade verificar se a empresa terá condições de adimplir todos os seus compromissos financeiros sem comprometer a boa qualidade da execução contratual. Dessa forma, a avaliação periódica dos índices de solvência é imprescindível para a determinação da “saúde fiscal” da empresa. Assim, a solvência demonstra à Administração Pública que a empresa possui capacidade de adimplir fielmente os encargos contratuais que vierem a ser assumidos.

17.18. Relevante registrar que, as contratações públicas precisam ser eficientes para atendimento ao interesse público envolvido. Uma das formas para atender tal objetivo é a contratação de empresas que apresentem saúde financeira suficiente a pelo menos se ter indícios que possam cumprir as exigências da contratação. Aliás, toda a estrutura da presente contratação atende aos princípios da legalidade, da eficiência, do interesse público e da igualdade, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, que estabelece que suas ações devam estar em conformidade com a legislação vigente, e é o que ocorre no caso em tela.

17.19. Assente no exposto, ressalta-se que os índices contábeis entabulados no Termo de Referência são similares aqueles usualmente fixados nas licitações da Secretaria da Educação – SEDUC, quando da contratação de objetos similares. Novamente repisa-se que, as exigências de habilitação visam à garantia de cumprimento das obrigações da contratação, de modo a dirimir eventuais riscos no decorrer na execução da contratação que venha a ser avençada. No mais, as contratações públicas devem ser entendidas como um conjunto de elementos, não podendo simplesmente se pensar apenas em "ampliar a competitividade" em detrimento da garantia de execução futura. Aliás, isso poderá gerar uma maior insegurança de atendimento ao interesse público futuramente, de mais provável possibilidade de frustração.

18. DA CONSOLIDAÇÃO E VALIDAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

18.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas disposições do Estudo Técnico Preliminar constante nos autos, nos termos da alínea “b”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021 que trata das Licitações e Contratos administrativos e Decreto Estadual nº 6.606/2023 que regulamenta a epígrafa Lei Federal no âmbito do Governo do Estado do Tocantins, declara-se consolidado e validado o presente Termo de Referência pelos seguintes partícipes:





[Assinatura digital]

BRUNO MARTINS PIAULINO

Assessor Técnico da Gerência de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência.

[Assinatura digital]

JACIENE MOREIRA MARCELINO

Gerente de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência.

[Assinatura digital]

ANDRÉA MARIA SILVA COSTA

Diretora de Planejamento, Estudos e Projetos

[Assinatura digital]

PATRICIA DA SILVA FREITAS

Gerente de Mobiliário Escolar

[Assinatura digital]

HERTON ESTEVÃO DE MOURA BRITO

Diretor de Apoio às Escolas

[Assinatura digital]

FERNANDA SOARES MENDES

Superintendente de Administração, Infraestrutura e Obras.

Aprovação do Termo de Referência pela Autoridade Competente:

Aprovo, observadas as normas legais.

[Assinatura digital]

FÁBIO PEREIRA VAZ

Secretário Estadual da Educação

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/TO, em Palmas/Tocantins, aos 20 dias do mês de FEVEREIRO de 2026.





ANEXO III - DO EDITAL
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026

PROCESSO: xxxxxxxxxxxx

O Estado do Tocantins, por meio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Praça dos Girassóis, Centro, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, neste ato representado pelo Senhor, xxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado pelo Ato Governamental nº xxxx, de xx de xxxxxxxx de xxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 9000X/2026, publicada no Portal Nacional de Compras Públicas em de/...../2026, processo administrativo nº xxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no DECRETO nº 6.606, de 28 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de mobiliário para atender estudantes e professores do ensino Fundamental e Médio da Rede de Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo da Garantia

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observado a vedação contida no §8º do art. 86 da Lei 14.133/21 e ainda, os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;





4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias à Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins, e do fornecedor.

4.2. A autorização da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A Superintendência de Licitação da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da Secretaria da Educação, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Superintendência de Licitação da Secretaria da Educação, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, desde que seja permitida adesão à ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a Secretaria da Educação do Tocantins e para os participantes, conforme art. 271, §2º, inciso II do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Secretaria da Educação do Tocantins e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme art. 271, §2º, inciso III do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do §2º do art. 262 do Decreto Estadual nº 6.606/23.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 262 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. Haverá possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados na ata de registro de preços em caso de prorrogação de vigência.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.





5.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o item 5.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.5.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou





5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Secretaria da Educação do Tocantins, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a Secretaria da Educação do Tocantins convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Secretaria da Educação do Tocantins procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a Secretaria da Educação do Tocantins comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer à Secretaria da Educação do Tocantins a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir





as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Secretaria da Educação do Tocantins procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a Secretaria da Educação do Tocantins atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3. A Secretaria da Educação do Tocantins comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Secretaria da Educação do Tocantins, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços

8.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. For declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da Secretaria da Educação do Tocantins, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Secretaria da Educação do Tocantins poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência da Secretaria da Educação do Tocantins a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme artigos 273, XII e 275, ambos do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à Secretaria da Educação do Tocantins qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste,





encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Palmas - TO, ____ de _____ de 2026.

Fábio Pereira Vaz
Secretário de Estado da Educação
Contratante

XXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada



**ANEXO IV – DO EDITAL****MINUTA DE CONTRATO****PROCESSO: XXXXXX****MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO
TOCANTINS, POR MEIO DA SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.**

CONTRATANTE: O Governo do Tocantins, por intermédio da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 25.053.083/0001-08, com sede na Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, S/N, em Palmas-TO, neste ato representado pelo Senhor, **Fábio Pereira Vaz**, portador da RG nº 3743795 DGPC/GO e inscrito no CPF nº 832.405.431-68, domiciliado nesta Capital, nomeado pelo Ato Governamental Nº 3.154 - NM, de 06 dezembro de 2025.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada, representada por sua titular, (o) Sr°. XXXXXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, natural de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, portador do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXX XXXXXXXXXXXX.

Telefone: (xx) xxxx-xxxx. **E-mail:** xxxxxxxxxxxx. **Dados bancários:** Banco xxxxxxxx, **Agência:** xxxxxx, **Conta Corrente:** xxxxxx;

Conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **2025/27000/017902** e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 6.606/2023 e demais legislação aplicável, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, da **Secretaria de Educação do Estado do Tocantins** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A contratação tem como fundamento legal o art. 6º, inciso XLI e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 Aquisição de mobiliário para atender estudantes e professores do ensino Fundamental e Médio da Rede de Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência nº 203/2025/GEPTR.

2.2. Descrição do objeto:

Item	QTD	Unidade	Especificações Técnicas do Objeto	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total					





2.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1 O Termo de Referência;
- 2.3.2 O Edital da Licitação;
- 2.3.3 A Proposta da CONTRATADA;
- 2.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - ENTREGA, CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, EXECUÇÃO DO OBJETO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

3.1. Conforme previsto no art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a presente aquisição é considerada imediata e o prazo para início da entrega será de até 30 (trinta) dias, a partir da publicação do extrato de contrato no diário oficial do Estado.

3.2. Conforme mencionado anteriormente, os bens objeto deste processo deverão ser entregues pelo contratado montados ou prontos para montagem no local. Com o objetivo de otimizar o espaço do almoxarifado central da SEDUC, os beliches, colchões e capas de colchão – materiais destinados exclusivamente às escolas do campo que oferecem acomodação aos estudantes – deverão ser obrigatoriamente entregues diretamente nas unidades escolares, conforme os quantitativos e prazos estabelecidos na Tabela a seguir:

ORD	DESCRIÇÃO	LOCAL DE ENTREGA	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
01	Beliche solteiro industrial reforçado	Unidade escolar	40%	30%	30%
02	Colchão de solteiro para beliche	Unidade escolar	40%	30%	30%
03	Capa impermeável para colchão solteiro	Unidade escolar	40%	30%	30%
04	Demais itens constantes desta aquisição	Unidade escolar	40%	30%	30%

3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **07 dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço no **Almoxarifado Central da SEDUC**, localizado na **Quadra 206 Norte, Avenida NS-08, Lote 03, CEP 77006-244, Palmas-TO**, conforme solicitação formal emitida pela Secretaria Estadual da Educação, observado os horários de expediente da Gerência de Patrimônio, a saber, dias úteis de 8h às 14h.

3.5. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO).

3.6. Critérios de Aceitação e Execução do Objeto

3.7. A aceitação e a execução do objeto contratual obedecerão aos critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se, rigorosamente, as especificações técnicas descritas no item 2 bem como os prazos e condições pactuados.

3.8. Os bens entregues serão inicialmente recebidos em caráter provisório, com a finalidade de conferência e verificação de conformidade em relação às especificações técnicas estabelecidas no item 2 no Termo de Referência.

3.9. Concluída a conferência mencionada no item anterior, e constatada a plena conformidade dos bens





com as exigências contratuais, proceder-se-á à sua aceitação definitiva.

Recebimento:

a.1) PROVISÓRIO:

3.10. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

DEFINITIVO:

3.12. Será realizado **até 30 (TRINTA) dias** úteis após o recebimento provisório, mediante verificação técnica detalhada da qualidade, funcionalidade e conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas exigidas no termo de referência e na proposta vencedora. A aceitação definitiva somente será formalizada após a constatação de que os bens estão em perfeitas condições de uso e atendem aos critérios de qualidade exigidos.

3.13. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

Liquidação:

3.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

3.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

3.16.1. o prazo de validade;

3.16.2. a data da emissão;

3.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

3.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

3.16.5. o valor a pagar; e

3.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

3.18. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação.





ção, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

3.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

c) Prazo de Pagamento:

3.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

3.25. Observando-se o prazo estabelecido no item anterior e em conformidade com o disposto no artigo 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 — que veda expressamente o pagamento antecipado —, os valores devidos serão pagos em até 30 (trinta) dias úteis após a efetiva entrega de cada parcela do objeto contratado, a fim de assegurar a legalidade e a regularidade do desembolso.

d) Forma de Pagamento:

3.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor global do contrato é de R\$X.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), conforme preços unitários e quantidades discriminadas na cláusula primeira do presente termo.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação/aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Classificação da Despesa: 27010.12.368.1156.200 7 Aparelhamento de Unidade Escolar e 27010.12.367.1156.245 2 Apoio a estruturação e funcionamento da educação especial.

Elemento de Despesa: 4.4.90.52

Fonte: 500.1001.101 - MDE

Nota de Empenho: 2025NE0xxxxx.



**CLÁUSULA SEXTA - MODELOS DE GESTÃO DE CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Secretaria da Educação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Seduc poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização Técnica:

a) Acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no TR, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração Pública, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso II).

6.7 Atributos do fiscal técnico:

6.7.1 Cabe ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

6.7.2 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.7.3 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.4 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.5 Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.6 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

6.7.7 Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.7.8 Comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

6.7.9 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e,

6.7.10 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento





comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 31).

6.8. Fiscalização Administrativa:

a) Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26, inciso III).

6.9. Cabe ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:

6.9.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho e pagamento, formalização de apostilamentos e termos aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

6.9.2 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.9.3 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, aplicar as medidas cabíveis;

6.9.4 Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas de descumprimento das obrigações contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9.5 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal técnico e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e,

6.9.6 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto Estadual 6.606/23. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 32).

6.10 Gestor do Contrato:

6.11 As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas considerando as seguintes definições:

6.12 Gestão do contrato: coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 26).

6.13 Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.13.1 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõem os incisos II, III e IV do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

6.13.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa.

6.13.4 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da





Administração Pública.

6.13.5 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto Estadual 6.606/23.

6.13.6 Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações.

6.13.7 Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais.

6.13.8 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.13.9 Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual 6.606/23 art. 30).

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1. A vigência inicial do contrato será 12 (doze) MESES com POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO nos termos e prazos dos artigos 105 e 111 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

7.2. O contrato ainda poderá ser alterado unilateralmente, conforme necessidade da gestão, em razão do acréscimo quantitativo do objeto, nos limites permitidos pela lei, em harmonia com a ordem dos art. 124, inc. I e art. 125 da referida Lei.

7.3. JUSTIFICATIVA PARA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS ORIGINALMENTE REGISTRADOS:

7.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, com a consequente renovação dos quantitativos inicialmente registrados, encontra respaldo jurídico no Parecer AGU nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, que reconhece a possibilidade dessa medida, desde que atendidas, de forma cumulativa, as seguintes condições:

- a) comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração;
- b) previsão expressa dessa possibilidade no edital e na própria ata;
- c) tratamento prévio da matéria na fase de planejamento da contratação;
- d) efetivação da prorrogação dentro do prazo de vigência do instrumento.

7.5. Tal entendimento harmoniza-se com o disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que autoriza a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por igual período, e com o art. 84, caput e parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelecem a possibilidade de extensão da vigência, desde que haja comprovação de vantajosidade e previsão no instrumento convocatório.

7.6. Assim, à luz do referido parecer e dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, a prorrogação da Ata com a renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados revela-se juridicamente possível e administrativamente oportuna, garantindo a continuidade do fornecimento ou prestação de serviços, a observância do planejamento da contratação e a manutenção das condições mais vantajosas para a Administração.



**CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado.

9.4. Efetuar o pagamento à contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor responsável, por meio de crédito em conta corrente bancária.

9.5. Conferir o fornecimento do material embora a contratada seja a única e responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

9.6. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas no termo.

9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada viabilizando a boa execução do objeto contratado. Proporcionar à contratada as condições para que possa fornecer o material dentro das normas estabelecidas.

9.8. Proporcionar à contratada as condições para que possa fornecer o material dentro das normas estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Efetuar a entrega do material em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria da Educação, em estrita observância das especificações no Termo de Referência e da proposta da contratada, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couberem, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia e responsabilizar por todos os custos da entrega.

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o material com avarias ou defeitos.

10.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

10.5. Comunicar à Secretaria da Educação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

10.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da contratante.

10.10. Fornecer o material no prazo estabelecido ou quando necessário o fornecimento, informando





em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

10.11. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do material, reservando à contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

10.12. Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do fornecimento do material que não atenda ao especificado.

10.13. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento do material seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

10.14. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do material fornecido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.1. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. O instrumento contratual pode ser alterado nos casos previstos nos artigos 124, 132 e 136 da Lei n.º 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 6.606, de 2023, o Contratado que:

I) Der causa à inexecução parcial do contrato;

II) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) Der causa à inexecução total do contrato;

IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas ii, iii, e vii do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas viii, ix, x, xi, xii do subitem acima do Termo de Referência, bem como nas alíneas ii, iii, vii, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021)

d) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega dos bens, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021) 14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. O débito resultante de multa poderá ser parcelado, total ou parcialmente, mediante requerimento formal do interessado à Administração Pública, desde que o interessado não esteja inscrito em dívida ativa, conforme regulamentação da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins (art. 324 do Decreto nº 6.606/2023).

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;





- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

13.10. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar as penalidades por eles aplicadas à Ouvidoria-Geral do Estado, para que promova a devida publicidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (§2º do art. 326 do Decreto nº 6.606/2023, Art. 161, da Lei nº 14.133/2021). 13.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos (§2º, do art. 321 do Decreto nº 6.606/2023).

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. A Matriz de Risco, anexada aos autos, é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos do empreendimento.

15.2. Nesse contexto a CONTRATADA é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

15.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do contrato que não são de sua alçada, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Risco.





15.4. Constitui peça integrante deste contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a Matriz de Risco.

15.5. O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

15.6. Fica incorporada ao presente contrato a Matriz de Riscos da contratação, aprovada no processo licitatório, a qual integra este instrumento como **Anexo no SGD:2025/27009/207457** contendo os eventos de risco, suas consequências, probabilidades, impactos, frequência observada/esperada, competências responsáveis e medidas de mitigação.

15.7. Para cada risco identificado, fica estabelecida a alocação de responsabilidades, conforme tabela abaixo:

Item	Evento / Risco	Competência Responsável	/ Mitigação
1	Atraso na entrega dos móveis	Setor de Compras e Fiscalização do Contrato	Inclusão de cláusula contratual com penalidades e cronograma rigoroso
2	Entrega de mobiliário com defeito ou fora das especificações técnicas	Comissão de Recebimento	de Exigir amostra prévia e testes antes da aceitação definitiva
3	Erro de planejamento na quantidade ou especificação	Setor de Planejamento e Secretaria Escolar	Conferência com dados atualizados de matrícula antes da compra
4	Inexecução parcial do contrato pelo fornecedor	Jurídico e Comissão de Contrato	Garantia contratual (caução) e análise de capacidade técnica do fornecedor
5	Falta de fiscalização durante a entrega e montagem	Fiscal do Contrato	Check-list de recebimento e presença de servidor responsável na entrega
6	Licitação fracassada ou deserta	Comissão Permanente de Licitação	Estudo de mercado prévio e ampliação da divulgação do edital
7	Superfaturamento ou sobrepreço	Controle Interno e Jurídico	e Pesquisa de preço rigorosa e parecer técnico de valor de mercado
8	Recurso administrativo mal fundamentado ou sem resposta	Comissão de Licitação	Padronização das respostas e análise jurídica célere
9	Armazenamento inadequado dos móveis até a instalação	Almoxarifado e Logística	/ Destinar espaço seguro e coberto para armazenamento temporário
10	Distribuição desigual entre escolas	Coordenação Geral de Logística Educacional	Plano logístico baseado em critérios técnicos (matrícula, estrutura, etc.)

15.8. Eventuais alterações nos riscos ou surgimento de eventos supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderão ensejar revisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.9. As partes se comprometem a observar as responsabilidades e medidas de mitigação previstas na Matriz de Riscos, garantindo a execução do contrato dentro dos parâmetros acordados

15.10. Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

15.10.1 Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições do Contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

15.10.2 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade no contrato.

15.10.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE DO PREÇO**

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, com referência ao IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

17.1. A garantia mínima será de 2 (dois) anos, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizam para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA.

17.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

17.3. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante juntamente com cada item fornecido. A contratada será integralmente responsável por eventuais vícios ou danos relacionados ao objeto, conforme disposto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

17.4. Nos termos do §4º do Art. 40 da Lei 14.133/2021, os produtos adquiridos também deverão possuir rede de assistência técnica autorizada ou representação no Estado do Tocantins, a fim de permitir a adequada utilização da garantia, ou para assegurar a execução de eventuais manutenções corretivas futuras, prestados mediante deslocamento de técnico ao local onde estiverem instalados os móveis, considerando que a logística de deslocamento do mobiliário é relativamente complexa e dispendiosa, por se tratar de itens de grande volume.

17.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

17.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

17.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

17.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

17.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem





vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

17.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

17.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

17.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

17.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

17.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94, inciso II, da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18.2. A publicação do extrato deste contrato deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes envidarão esforços para resolver consensualmente quaisquer controvérsias oriundas da execução deste contrato, preferencialmente por mediação, antes do ajuizamento de qualquer demanda.

19.2. Fica eleito o foro da Capital do Estado do Tocantins - Vara da Fazenda Pública, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

19.3. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes

Palmas, xx de xxxxxxxx de 2026.

Fábio Pereira Vaz
Secretário de Estado da Educação
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

